

# Relatório de Gestão e Contas 2018

# Relatório de Gestão e Contas 2018

**LISNAVE** | ESTALEIROS NAVAIS, S.A.

Capital Social: 5 000 000 Euros

Sede Social: Mitrena – 2910-738 Setúbal

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal

Matricula N.º 503 847 151

Pessoa Colectiva N.º 503 847 151

## ÍNDICE

<b>Membros dos Órgãos Sociais</b>	<b>7</b>
<b>Convocatória da Assembleia Geral Anual de Accionistas</b>	<b>9</b>
<b>Relatório do Conselho de Administração</b>	<b>13</b>
▶ <b>1 Introdução</b>	<b>13</b>
▶ <b>2 Considerações Gerais sobre o Mercado</b>	<b>19</b>
▶ <b>3 Actividade de Reparação/Manutenção Naval</b>	<b>22</b>
▶ <b>4 Investimentos/Outros</b>	<b>24</b>
▶ <b>5 Recursos Humanos</b>	<b>27</b>
▶ <b>6 Situação Económica e Financeira</b>	<b>32</b>
▶ <b>7 Perspectivas de Actividade para 2018</b>	<b>38</b>
▶ <b>8 Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>41</b>
▶ <b>9 Referências Finais</b>	<b>41</b>
<b>Balanço</b>	<b>46</b>
<b>Demonstração de Capital Próprio</b>	<b>48</b>
<b>Demonstração de Resultados</b>	<b>49</b>
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>	<b>50</b>
<b>Anexo</b>	<b>51</b>
<b>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>92</b>
<b>Certificação Legal das Contas</b>	<b>94</b>
<b>Delegações e Representações</b>	<b>98</b>

**LISNAVE** | ESTALEIROS NAVAIS, S.A.  
Relatório de Gestão e Contas 2018

**Design de Comunicação e Produção**  
DDLX [www.ddlx.pt]  
Direcção de Arte **José Teófilo Duarte**  
Design e Paginação **João Silva**

**Impressão e Acabamento**  
*mmmmmmmm*

Março 2019

## **MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS MANDATO: QUADRIÊNIO 2017-2020**

### **Mesa da Assembleia Geral**

#### **Presidente:**

Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

#### **Vice-Presidente:**

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

#### **Secretário:**

Dr. Manuel Joaquim Rodrigues

### **Conselho de Administração**

#### **Presidente:**

Eng. José António Leite Mendes Rodrigues

#### **Vogais:**

Dr. Nelson Nunes Rodrigues

Dr. Luís Manuel dos Santos Silva Patrão

Eng. Peter Luijckx

Dr. João Rui Carvalho dos Santos

### **Administrador Delegado**

Eng. Peter Luijckx

#### **Administrador Delegado Adjunto**

Dr. João Rui Carvalho dos Santos

### **Conselho Fiscal**

#### **Presidente:**

Eng. Manuel Serpa Leitão

#### **Vogais:**

Dra. Tânia Sofia Luís Mineiro

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA

– representado por Joaquim Patrício da Silva (Roc nº 320)

#### **Suplente:**

Dr. António José Lino do Patrocínio Santos (Roc nº 840)

### **Secretário da Sociedade**

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

### **Comissão de Vencimentos**

#### **Presidente:**

Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

#### **Secretário:**

Dr. Hanspeter Hartmann

## ESTRUTURA DA EMPRESA

Conselho de Administração

Administrador Delegado

Comercial

Administrativa

Produção

Gestão de Projectos

Logística

## ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS

### Convocatória

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, é convocada a Assembleia Geral Anual de Accionistas da LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A., para reunir, no dia 21 de Março de 2019, pelas 11:00 Horas, na Sede da Sociedade, no Estaleiro da Mitrena, Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º – Deliberar sobre o RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS do Exercício de 2018;
- 2º – Deliberar sobre o RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL;
- 3º – Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;
- 4º – Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;

No prazo legal, ficam à disposição dos Senhores Accionistas, na Sede da Sociedade e no respectivo Sítio na Internet, os elementos constantes do artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais e os respeitantes aos pontos que constituem a Ordem de Trabalhos.

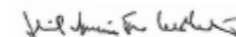
Nos termos da Lei e do Contrato Social a Assembleia Geral é constituída pelos Accionistas com direito a voto que possuam, pelo menos, cem Acções devidamente registadas em seu nome até dez dias antes da data da Assembleia Geral. A cada cem Acções corresponderá um voto.

Para o efeito, os Senhores Accionistas que queiram estar presentes naquela Assembleia deverão informar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta, com assinatura reconhecida notarialmente, ou certificada pela Sociedade, devendo neste caso solicitar às instituições financeiras onde se encontram registadas as Acções que comuniquem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a existência de tal registo, até cinco dias úteis antes da data da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral só poderá reunir, em primeira Convocatória, estando presentes ou representados Accionistas representantes de, pelo menos, cinquenta por cento do Capital Social.

Não poderão assistir à Assembleia Geral os Accionistas que não tenham direito a voto.

Setúbal, 15 de Fevereiro de 2019  
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins



## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### 1 | Introdução

A LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A., enfrentou, no ano de 2018, mais uma difícil situação de mercado, porventura a mais difícil dos últimos anos, decorrente do facto de a sua actividade continuar muito condicionada pelos efeitos resultantes do baixo nível de crescimento da economia mundial.

Num mercado que é mundial, a procura, medida em número de consultas, atingiu o segundo nível mais baixo de sempre, com apenas 439 consultas recebidas, menos 19 que no ano de 2017, tendo, contudo, a taxa de sucesso comercial superado em 3 pontos percentuais, a marca do ano anterior, fixando-se em 20%.

As dificuldades resultantes da situação de mercado antes descrita, conjugadas com o efeito, no custo, da escassez de recursos de mão-de-obra dos prestadores de serviços, em momentos de pico de carga, não permitiram que os objectivos de actividade assumidos pela LISNAVE no Orçamento para 2018, fossem atingidos.

Neste contexto, apesar de os Resultados Líquidos do Exercício apresentarem valores positivos, o Conselho de Administração, não pode deixar de manifestar a sua insatisfação pelo baixo nível do desempenho conseguido. Efectivamente, se não estivessem influenciados pelo impacto positivo decorrente da reversão de imparidades constituídas nos Exercícios anteriores, os resultados líquidos teriam uma expressão negativa, dado que foi negativo o resultado das operações de 2018.

Por esta razão, e por estar bem ciente das actuais dificuldades de um mercado “vendedor”, agravadas pela agressividade crescente da concorrência, o Conselho de Admi-

nistração, lamentando embora o facto, mas norteado por uma atitude consciente de responsabilidade e prudência, considera que não é sensato distribuir ganhos que as operações efectivamente não permitiram obter, quer pelos trabalhadores da Empresa, quer pelos seus Accionistas.

O Conselho de Administração, antes de se focar na análise mais detalhada do Exercício, como é habitual, dada a relevância dos indicadores de actividade acumulados, quer em termos regionais, quer sobretudo a nível nacional, pretende evidenciar que a LISNAVE, no período que decorre desde o início do Plano de Reestruturação (segundo semestre de 1997) até ao final do presente Exercício, procedeu à reparação/manutenção de 2.476 navios, provenientes de mais de 50 países de todo o mundo, a qual se traduziu em Vendas de 2,25 mil milhões de Euros, que incluem uns expressivos 2,12 mil milhões, para exportação.

Com esta actividade foi possível assegurar o pagamento de Salários globais equivalentes a 1.281 milhões de Euros e ainda, entregas ao Estado, em contribuições para a Segurança Social, IRS e Impostos, de cerca de 225 milhões de Euros.

### O Exercício de 2018

A LISNAVE, como já foi referido na introdução ao presente Relatório, enfrentou, no ano de 2018, condições de mercado particularmente adversas, as quais, agravadas pelo efeito decorrente da escassez de recursos de mão-de-obra disponível nos períodos de maior carga de trabalho, não permitiram, apesar do Resultado Líquido do Exercício, atingir um nível de desempenho satisfatório, compatível com as metas assumidas no Orçamento de 2018.

Efectivamente, a actividade comercial desenvolvida e o nível do designado “Repeat Business”, não foram suficientes para compensar o efeito da degradação do mercado, tendo a LISNAVE procedido à reparação/manutenção de 85 navios no período em análise.

O conteúdo médio de trabalho por navio, nas reparações de rotina, que se tem vindo a manter em níveis muito baixos, continuou a reduzir, como consequência da baixa rentabilidade do negócio com que os Armadores se continuam a confrontar, uma vez que os custos de exploração dos navios são muito elevados para o nível dos preços de venda dos seus serviços. Assim, a factura média fixou-se nos 949 milhares de Euros, abaixo dos 1.122 mil Euros do Exercício anterior, valor muito inferior aos 1,43 milhões de Euros de 2016.

De entre as razões que justificam a baixa rentabilidade de negócio dos Armadores referida no parágrafo anterior, continua a sobressair o valor das taxas de frete médias diárias que, - em consequência da menor necessidade de transporte marítimo, resultante do fraco crescimento da economia mundial, por um lado, e por outro, do crescimento da oferta, dada a grande quantidade de navios novos que, sem igual contraposição no volume de abate, continua, ano após ano, a entrar em operação - se situou, embora com tendências diferentes, em níveis muito baixos.

Relativamente à oferta, no que diz respeito a navios Petroleiros, é de notar que durante 2018, foram entregues 281 navios novos, com uma capacidade de 28,3 Milhões de Toneladas de Porte Bruto (TPB), correspondendo a 4,8% da capacidade da frota actual, tendo, no mesmo período, sido vendidos para abate, apenas 177 navios com uma capacidade de 21 Milhões de TPB, correspondendo a 3,6% da capacidade da frota actual. No que se refere a Graneleiros, foram entregues 290 navios novos com capacidade de 28 Milhões de TPB, correspondendo a 3,3% da capaci-

dade da frota actual, tendo sido vendidos, para abate, apenas 54 navios com uma capacidade de 4 Milhões de TPB correspondentes a 0,5% da capacidade da frota actual.

No que respeita às taxas de frete, como se poderá verificar mais à frente, nos quadros do capítulo 2 do presente Relatório, os valores médios diários de frete de um Petroleiro “Suezmax Moderno”, prosseguiram a tendência negativa verificada desde o ano de 2015 e fixaram-se em 17,5 mil Dólares, isto é, cerca de 5% menos do que no ano anterior, mas apenas cerca de 49%, da taxa média diária de 35,9 mil Dólares, do mesmo afretamento, no ano de 2015, regredindo para níveis de 2012.

Evolução diversa verificou-se na taxa dos transportadores de graneis sólidos, que manteve a tendência positiva que se vinha a verificar desde 2017. Assim, a taxa de um Graneleiro “Capesize”, atingiu em 2018 valores médios anuais de cerca de 19,15 mil Dólares diários, isto é, uns relevantes 4,15 mil Dólares mais do que em 2017, mas cuja taxa representa, mesmo assim, cerca de 60% das taxas médias de 2009/10 ou, mais significativamente, apenas cerca de 19% dos mais de 100 mil Dólares por dia, que estes navios conseguiram obter nos afretamentos dos anos de 2007 e 2008.

Neste contexto, a LISNAVE concluiu o Exercício de 2018, com um volume de Vendas de Reparação Naval de 80,65 milhões de Euros, menos 6,85 milhões do que em 2017.

O total dos Rendimentos de Exploração fixou-se em 84,32 milhões de Euros, isto é, cerca de 5,35 milhões de Euros menos do que no ano de 2017, com o total dos Gastos de Exploração a fixar-se em 77,5 milhões de Euros.

A Situação Líquida fixou-se em 33 milhões de Euros, valor que é cerca de seis vezes e meia superior, ao valor do Capital Social.

Os Resultados Líquidos do Exercício, fruto do efeito positivo da reversão de imparidades constituídas nos Exercícios anteriores, tiveram uma melhoria relativamente ao ano de 2017, fixando-se em 4,613 milhões de Euros positivos.

A LISNAVE manteve as suas tradicionais características de Empresa fortemente exportadora, tendo procedido à reparação de apenas dois navios de pavilhão nacional e vendido para o mercado externo, 74,49 milhões de Euros de serviços de Manutenção e Reparação

No que respeita ao “Emprego”, a LISNAVE manteve, igualmente, o seu habitual elevado nível de empregabilidade, com encargos de 49,89 milhões de Euros, montante que corresponde ao “emprego equivalente” médio de quase duas mil pessoas por dia.

De registar que o Exercício foi concluído sem dívidas vencidas, quer aos Trabalhadores, quer ao Estado, ao qual foram entregues em IRS, Contribuições para a Segurança Social e Impostos, cerca de 6,56 milhões de Euros.

No que respeita a Imobilizado, o montante de Investimentos realizados no Exercício, ascendeu a 1,25 milhões de Euros. De evidenciar, entretanto, que o montante total de Investimentos realizados, desde o Exercício de 2000, ascende globalmente a 36,22 milhões de Euros.

De relevar, por outro lado, o valor muito significativo de custos incorridos pela LISNAVE, com grandes reparações de infra-estruturas e equipamentos, que no Exercício, ascenderam a cerca de 860 mil Euros.

Sendo embora da responsabilidade da Concessionária, LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, são de referir, por outro lado, os Investimentos relacionados com a manutenção das condições de operacionalidade do Estaleiro, totalizando, no Exercício, cerca de 1,41 milhões de Euros.

De notar que estes Investimentos com a Reabilitação do Estaleiro, iniciados no ano de 2008 e onde assume particular destaque a reparação estrutural da Doca 20, a reparação da Ponte Cais 3 e a reabilitação eléctrica do estaleiro, totalizam já 21,4 milhões de Euros. No capítulo dos Recursos Humanos e dada a importância de que se reveste, é de referir, que na sequência da correspondente aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, foi atribuída, em Abril passado, à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, uma Gratificação de Balanço, no montante global de 480 mil Euros.

Por outro lado e na sequência de negociações com os Representantes dos Trabalhadores, foi celebrado um Acordo Interno, no âmbito do qual foi acordado um aumento salarial de 1,8%.

No que respeita à estratégia de Recursos Humanos, é ainda de destacar a deliberação do Conselho de Administração de prosseguir com a promoção de Acções de Formação de Jovens, na sequência da qual foram realizadas 4 Acções de Formação para Serralheiros Mecânicos e Serralheiros Navais e uma Acção específica para Técnicos de Prevenção e Segurança, num total de cerca de 18,85 mil horas de Formação. Das Acções entretanto concluídas, foram seleccionados para celebrar Contratos de Trabalho com a LISNAVEYARDS, no decurso do Exercício, 33 Jovens Operários e 4 Técnicos de Prevenção e Segurança.

Para além destes, foram ainda recrutados, no âmbito da Política de Rejuvenescimento já em curso e do Plano Estratégico de Sucessão e Rejuvenescimento de Quadros, 13 Especialistas, 8 dos quais jovens Engenheiros.

Recorde-se, entretanto, como o Conselho de Administração tem vindo a referir, que a LISNAVE, dada a indisponibilidade dos Representantes dos Trabalhadores para a celebração de um Instrumento de Regulamentação Colectiva de Trabalho adequado às características desta





actividade, deliberou, oportunamente, redireccionar a sua Política de Gestão Estratégica de Recursos Humanos, a qual passou a contar com a colaboração estreita da LISNAVEYARDS.

Esta Empresa, cujo objecto social é semelhante ao da LISNAVE, iniciou, como é sabido, a sua actividade de Prestação de Serviços em Fevereiro de 2009, tendo ao seu serviço, à data de 31 de Dezembro, 284 Trabalhadores, 180 dos quais, Trabalhadores Directos.

A LISNAVE, em 2018, superou com o sucesso que lhe é reconhecido, as Auditorias realizadas pela Lloyd's Register, mantendo a Certificação ISO 9001:2015 e preparando a fiabilidade dos seus processos para a renovação da respectiva Certificação no próximo ano. Manteve, igualmente, o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias – ISPS, bem como a Acreditação do Laboratório de Calibrações.

Por último, importa referir que a Empresa, na sequência da entrada em vigor, em 25 de Maio de 2018, do Regulamento EU 2016/679, relativo ao Regime de Protecção de Dados e protecção de dados pessoais dos Trabalhadores, tem vindo, de forma gradual e progressiva, a dar cumprimento ao mesmo, tendo já sido implementadas várias medidas, entre as quais importa salientar, a publicação do Código de Conduta, bem como das Políticas de Privacidade e Segurança da Informação.

A Estrutura Accionista era, em 31 de Dezembro de 2018, a seguinte:

Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	72,83%
Thyssenkrupp Industrial Solutions AG	20,00%
Parpública, S.A.	2,97%
Outros Accionistas	4,20%



O Conselho de Administração, a concluir a apreciação geral do Exercício, deseja manifestar, por um lado, a sua satisfação pelo facto de ter sido possível, na sequência da competente aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas de 2018, proceder, pelo décimo quarto ano consecutivo, à remuneração dos capitais investidos pelos mais de 200 Accionistas da Empresa e, por outro, o seu desagrado pelo facto de não ser possível apresentar, pela primeira vez, depois de quinze anos e pelas razões já referidas na introdução ao presente Relatório, uma tal proposta à Assembleia Geral de Accionistas de 2019.

#### **Perspectivas para o Exercício de 2019**

Como se referia nas “Perspectivas” para o Exercício anterior e poderá verificar-se com mais detalhe no Capítulo 7 deste Relatório, embora continuem a existir alguns sinais que prenunciam uma evolução positiva nos anos de 2019 e 2020, não se apresentam muito favoráveis as perspectivas para o desenvolvimento imediato da actividade, mesmo sem considerar as incertezas decorrentes da designada “Guerra Comercial EUA/China ou da eventual saída do Reino Unido da União Europeia.



Efectivamente, esperando-se que a economia mundial mantenha uma taxa de crescimento semelhante à verificada em 2018 e, de acordo com a “Clarkson Research” um crescimento semelhante do transporte marítimo mundial e ainda, que a oferta de transporte tenha também um crescimento semelhante ao de 2018, é de esperar que possa verificar-se uma ligeira redução do excesso de oferta e daí possa decorrer um efeito positivo, embora ligeiro, nas taxas de frete com possíveis impactos, ainda que ligeiros, ao nível da procura. No mesmo sentido, espera-se, que embora se preveja a manutenção do elevado nível de agressividade da concorrência, que comecem a concretizar-se os projectos de exigência ambiental, nomeadamente a instalação de “Scrubbers”, e se prossiga, a maior ritmo, com a instalação dos sistemas de tratamento de águas de lastro.

Contudo, destas expectativas, pode não haver reflexo relevante na actividade da LISNAVE, atendendo, por um lado, à pressão sobre os preços que se prevê que vá continuar a

verificar-se por parte dos estaleiros localizados em zonas de baixos custos e, por outro, pelo efeito negativo, para os estaleiros, provocado pela diminuição da sua capacidade de negociação gerada pela concentração de navios num número cada vez menor de Armadores, resultante do processo de aquisições registado no sector do Shipping.

O Conselho de Administração, contudo, apesar do baixo desempenho verificado em 2018 mas suportado nos níveis que a Empresa tem vindo a conseguir em anos anteriores e no elevado nível de qualidade, responsabilidade e envolvimento, que a Gestão e os restantes Colaboradores, a todos os níveis, têm vindo a demonstrar ao longo dos últimos anos, manifesta aos Senhores Accionistas, se entretanto não se verificarem perturbações de outra natureza, o seu sentimento de moderada expectativa, de que a actividade do ano de 2019, se situe num nível relativamente próximo da verificada em 2018.

## 2 | Considerações Gerais sobre o Mercado

### Conjuntura

Durante o ano de 2018 o crescimento da economia mundial estagnou, o que a juntar à instabilidade gerada pela guerra comercial entre os Estados Unidos da América e a China, à incerteza das consequências resultantes da possível saída do Reino Unido da União Europeia e ao possível aumento das taxas de juro que já se faz sentir nas economias em desenvolvimento, faça prever uma ligeira redução da sua taxa de crescimento já para o ano de 2019.

Em termos globais, a Organização das Nações Unidas, no seu relatório - “World Economic Situation and Prospects 2019”, estima que a economia mundial tenha estagnado o seu crescimento nos 3,1% no ano de 2018, depois de no ano de 2017 ter crescido mais 0,6 pontos percentuais do que no ano de 2016, ano em que cresceu 2,5%.

Nas economias desenvolvidas, apesar do comportamento divergente entre as economias dos Estados Unidos da América e da zona Euro estima que o crescimento tenha mantido a taxa de 2,2% atingida no ano de 2017.

Nos Estados Unidos da América, o aumento da procura interna resultante do aumento do emprego gerado pelos incentivos fiscais e pelo aumento das taxas aplicadas às importações, resultou num crescimento da sua economia de 2,8% um aumento de 0,6 pontos percentuais em relação ao ano de 2017.

Na zona Euro, resultado da redução das suas exportações, provocada pela apreciação do euro e pela redução da procura externa, a economia, cresceu 2,0% uma redução de 0,4 pontos percentuais em relação ao ano de 2017, acentuando assim a diferença em relação à economia dos Estados Unidos da América.

No Japão, resultado dos desastres naturais que atingiram

o país durante o ano de 2018, estima-se que a economia tenha crescido 1,0% uma redução de 0,7 pontos percentuais em relação ao ano de 2017.

Na economia dos países em desenvolvimento, apesar do abrandamento também se ter feito sentir, estima que o crescimento tenha sido de 4,4%, uma redução de 0,1 ponto percentual em relação ao ano de 2017.

Na China, a desaceleração da produção industrial e das exportações, resultou num crescimento da sua economia de 6,6%, uma redução de 0,3 pontos percentuais em relação ao ano de 2017, apesar da resiliência do consumo privado.

Como resultado das reformas estruturais, da harmonização fiscal levada a cabo nos últimos anos e do aumento da procura interna, estima que a economia Indiana tenha crescido 7,4%, um aumento de 0,7 pontos percentuais em relação ao ano de 2017.

Na América Latina e Caraíbas, resultante da seca na Argentina e da instabilidade política da região, estima que o crescimento económico tenha estagnado em 1,0%.

No ano de 2018, o comércio mundial cresceu 3,8%, menos 1,5 pontos percentuais do que no ano de 2017, tendo esta redução ficado a dever-se fundamentalmente à redução da procura nos países desenvolvidos e também aos efeitos das novas taxas sobre os bens importados que, resultantes da guerra comercial entre os Estados Unidos da América e a China, se espalharam um pouco por todas as economias.

Se estas medidas proteccionistas se generalizarem, poderemos assistir a uma redefinição dos centros produtivos, numa tentativa de evitar as já referidas taxas, o que



provocará certamente uma redução nas trocas comerciais a nível mundial, com a consequente redução do transporte marítimo.

### Evolução da Frota Mercante Mundial e Taxas de Frete

Segundo a “Clarkson Research” a frota de petroleiros acima de 10.000 Toneladas de Porte Bruto (TPB), cresceu, em número de navios 1,5% durante o ano de 2018, depois de no ano de 2017 ter crescido 3,7%. No fim do ano de 2018, esta frota tinha atingido os 588.1 milhões de TPB, a que correspondeu um crescimento de 1,1% em relação ao final do ano de 2017, ano em que tinha crescido 4,8%.

Em termos de novas construções, foram entregues 281 navios com uma capacidade total de transporte de cerca de 28.3 milhões de TPB, correspondendo a 4,8% da capacidade actual desta frota. No que a demolições se refere, foram vendidos para abate 177 navios, com uma capacidade de 21.0 milhões de TPB correspondentes a 3,6% da capacidade da frota actual.

Com base na mesma fonte, a frota de graneleiros, no ano de 2018, teve um crescimento de 2,2% em número de navios e de 2,9% em TPB, atingindo no final do ano os 841.2 milhões de TPB, tendo sido entregues 290 navios com uma capacidade de 28.0 milhões de TPB o que corresponde a 3,3% da capacidade actual desta frota. Neste mesmo período foram vendidos para abate, 54 navios com uma capacidade de 4.0 milhões de TPB correspondentes a 0,5% da capacidade actual desta frota.

O valor do aço dos navios vendidos para demolição, que no mercado Indiano durante os anos de 2015 e 2016, tinha estabilizado – em baixa – à volta dos 290 dólares dos EUA por tonelada, cresceu significativamente durante o ano de 2017, atingindo os 415 dólares dos EUA para os petroleiros (mais 43%) e os 430 dólares por tonelada para os graneleiros (mais 48%). Durante o ano de 2018, o preço do



aço manteve-se nos 415 dólares dos EUA para os petroleiros, tendo no caso dos graneleiros, passado para os 420 dólares dos EUA, uma redução de 2,3%.

No fim do ano de 2018, na frota de petroleiros, a carteira de encomendas de navios novos, era de 602 navios com uma capacidade de transporte de 66.6 milhões de TPB, ou seja, uma tonelagem correspondente a 11,3% da tonelagem da frota actual. Destes 66.6 milhões, 41.3 milhões – correspondentes a 62,0% do total e a 7,0% da frota actual – têm data prevista de entrega durante o ano de 2019.

Na frota de graneleiros, a carteira de encomenda de navios novos era composta por 810 navios, com uma capacidade de transporte de 88.5 milhões de TPB o que corresponde a 10,5% da frota actual, tendo 42.4 milhões, ou seja, 47,9% do total e 5,0% da frota actual, entrega prevista para o ano de 2019.

Ainda segundo a “Clarkson Research”, a procura de transporte marítimo mundial cresceu 2,7%, com o transporte de granéis líquidos a crescer 1,2% e o transporte de

granéis sólidos a crescer 2,3%. Assim, no mercado de transporte de granéis líquidos verificou-se um crescimento da oferta de transporte 0,1 pontos percentuais inferior ao da procura e no mercado de transporte de granéis sólidos um crescimento da oferta 0,6 pontos percentuais superior ao da procura. Sendo marginais, em relação ao excesso de oferta de transporte existente, estas diferenças de crescimento não foram suficientes para alterar as tendências de evolução das taxas de frete verificadas no ano de 2017.

Assim, as taxas de frete da frota de granéis líquidos mantiveram a tendência de redução iniciada no ano de 2016, atingindo no ano de 2018, no caso dos **Suezmax**

**Modernos**, a taxa de frete média no afretamento a prazo de um ano, cerca de 17.500 dólares dos EUA por dia, uma redução de cerca de 5% em relação ao valor médio de 2017, regredindo para níveis de 2012.

No caso da frota de granéis sólidos, a tendência de crescimento iniciada no ano de 2017 manteve-se atingindo, no caso dos **Capesize**, com afretamento a um ano, valores médios de cerca de 19.150 dólares dos EUA por dia, um crescimento de cerca de 26% em relação aos valores médios do ano de 2017, valores semelhantes aos de 2013-2014, mas ainda muito inferior aos valores do início da década.

### 3 | Actividade de Reparação/Manutenção Naval

#### Freight Rates for Oil Tankers Modern Suemax

Yearly averages  
Source: Clarkson



#### Freight Rates for Bulk Carriers Capesize – 12 months T/C

Yearly averages  
Source: Clarkson



## Procura

No ano de 2018 os Armadores tiveram que gerir um elevado número de incertezas em relação ao futuro das suas frotas. Se por um lado, nos sistemas de tratamento de águas de lastro já havia poucas incertezas acerca dos tipos de sistemas a utilizar e da capacidade dos estaleiros de reparação para os instalar, nos sistemas de controle de poluição as incertezas eram e ainda são muitas.

Certo é que em Janeiro de 2020 as restrições ambientais entram em vigor. A resposta à questão sobre que combustível utilizar, entronca sempre na questão do quem vai pagar: o Armador ou o Carregador?

Continuar a utilizar o mesmo tipo de combustível implica custos de instalação de Sistemas de “Scrubber”, utilizar combustível menos poluente implica pagar muito mais pela qualidade, ou instalar sistemas que possibilitem a utilização de “dual fuel”, sobre os quais, não há unanimidade no mercado, relativamente aos sistemas a aplicar.

A discussão sobre quem suporta os custos, sobre a viabilidade destes investimentos em muitos dos navios da frota actual, a área geográfica ou estaleiro onde fazer a remodelação e o esforço financeiro exigido para instalar equipamentos na totalidade da frota, é neste momento uma das principais preocupações dos Armadores e foi uma das maiores condicionantes da procura na actividade de reparação naval no ano de 2018 e vai certamente continuar a condicionar a actividade no próximo ano.

Rubricas	2018	2017	2016	2015	2014
Consultas	439	478	407	549	507
Encomendas	85	77	71	115	90
Taxa de Sucesso Comercial	20	17	17	21	18

Uma das consequências destas incertezas, na frota de transporte de granéis líquidos, foi o aumento da venda de navios tanque para desmantelamento verificada no ano de 2018.

Efectivamente, neste ano, foram vendidos para abate navios, cuja capacidade correspondia a 21,1 milhões de toneladas de porte bruto, um aumento de 90% em relação ao ano de 2017.

Na frota de transporte de granéis sólidos, a taxa de crescimento da procura de transporte no ano de 2018 atingiu o valor de 2,3%, valor este que, apesar de ser 1,5 pontos percentuais inferior ao do ano de 2017, foi ainda assim, um valor significativo, fazendo com que a venda de navios para abate tenha reduzido cerca de 73% em relação ao atingido no ano anterior, correspondente a 4,0 milhões de toneladas de porte bruto.

Estes comportamentos do mercado, fizeram com que os preços dos navios em segunda mão, tivessem aumentos marginais de cerca de 4% nos navios com cinco anos, o que afectou a procura de reparação naval tanto a nível de número como de valor médio em ambos os mercados.

Assim, a procura de reparação naval para a LISNAVE, cujo mercado é mundial, medida em número de consultas, reduziu cerca de 4% em relação ao ano de 2017. As negociações destas consultas geraram 85 encomendas, mais cerca de 10% do que no ano de 2017, tendo a Taxa de Sucesso atingido o valor de 19%.

### Actividade Desenvolvida



Durante o ano de 2018, terminaram a reparação/manutenção 85 navios, 83 dos quais em doca. Consequência da continuada redução das taxas de frete do mercado de granéis líquidos, principal mercado da LISNAVE com cerca de 51% dos navios reparados, o segmento das reparações de rotina, voltou a sofrer em termos globais, uma ligeira redução, em termos de conteúdo de trabalho médio por reparação.

No segmento de mercado de grandes reparações, no seguimento do que já tinha acontecido nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, foi objecto de reparação/manutenção, com a revisão geral de todos os sistemas, um navio tanque, de um conjunto de cinco, pertencentes a um Armador Venezuelano. Neste mercado, foi também objecto de uma grande reparação/manutenção, um navio tipo “Crane Vessel” de um Armador Italiano.

Durante o ano de 2018, a LISNAVE esteve também muito activa, na instalação de novos sistemas de tratamento de lastro, tendo instalado onze sistemas, em navios de Armadores da Noruega, Japão, Bélgica e Chipre. Como nos anos anteriores, a actividade da LISNAVE

centrou-se nos seus segmentos de mercado tradicionais – navios de transporte de granéis líquidos e sólidos – constituindo estes, em número, cerca de 60% da actividade, sendo de realçar a penetração noutros segmentos de mercado, tais como o de navios porta-contentores com 18% dos navios reparados.

Anos	Nacional	Estrangeiro	Total	Em Doca
2018	2	83	85	83
2017	0	78	78	77
2016	1	66	67	64
2015	1	106	107	105
2014	1	91	92	91

Dada a globalização do mercado da LISNAVE, os navios reparados durante o ano de 2018, foram originários de 58 Clientes localizados em 22 países, sendo os mercados de maior significado, em termos de número de navios reparados, Grécia com 13 navios, Noruega com 9 navios e a Alemanha com 9 navios.

### 4 | Investimentos/Outros

A LISNAVE, dando continuidade à sua política de investimentos e renovação de infraestruturas, com o objectivo de garantir a manutenção e melhoria continua das condições de operacionalidade do Estaleiro tem, à semente-lança dos anos anteriores, assegurado o investimento, quer em novos meios, quer em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes, tendo realizado no Exercício cerca de 1,25 milhões de Euros, sendo de salientar que os montantes acumulados de investimentos efectuados, desde o ano 2000, já ascendem a cerca de 36,22 milhões de Euros, dos quais 26,10 milhões em novos investimentos e cerca de 10,11 milhões em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes.

No Exercício em análise, a LISNAVE suportou ainda custos de cerca de cerca de 860 mil Euros com grandes reparações de infraestruturas e equipamentos. De notar que, desde o ano de 2009, ano em que de acordo com as alterações de normas contabilísticas, estes custos deixaram de ser capitalizados, o seu montante global já ascende a cerca de 15,37 milhões de Euros.

Ao nível dos novos investimentos, importa salientar, para além da manutenção e recuperação de alguns edifícios e parques, melhoria Ambiental no acondicionamento das Fontes Fixas, a aquisição de diverso equipamento informático, a, aquisição de novos equipamentos e ferramentas na área da produção, em particular a actualização do equipamento eléctrico móvel, a construção de novos picadeiros metálicos e blocos de betão reforçados, e manufactura de estropos.

Em termos de grandes reparações, importa evidenciar a dragagem do fosso das comportas das docas 21 e 22, cais 0 e cais 3, a beneficiação de vários grupos conversores de energia, a reparação de equipamento de transporte, a reorganização de bastidores IT, a reparação do Quebramar junto à Central de Bombagem No.1 e obras de

renovação levadas a cabo no Refeitório.

De referir, por outro lado, os Investimentos relacionados com a Impermeabilização das Juntas da Eclusa do Hydrolift, a reparação das válvulas de enchimento e esgoto do Hydrolift, a Reabilitação Estrutural de vários Guindastes e início da Actualização do Pórtico de 500t, a substituição duma Grua Móvel, início da reabilitação estrutural da Central de Bombagem entre Docas e da reparação do betão nas lajes das docas 21 e 22, tendo sido investidos cerca de 1,41 milhões de Euros, os quais, sendo embora da responsabilidade da Concessionária, LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, acrescem aos investimentos efectuados nos Exercícios anteriores, nomeadamente na reparação estrutural da Doca 20, Ponte Cais 3 e reabilitação eléctrica do Estaleiro, totalizando cerca de 21,4 milhões de Euros.

### **Protecção Ambiental**

No desenvolvimento da sua actividade, a LISNAVE procura obter o respeito da comunidade em todos os domínios da sua intervenção. Ao incluir os novos requisitos e regulamentações marítimas internacionais que promovem a modernização dos navios, a manutenção e reparação naval contribui para a protecção ecológica dos mares e oceanos e das espécies marinhas que neles vivem.

A Empresa pauta-se pela utilização das Melhores Técnicas Disponíveis no domínio do Tratamento de Superfícies com utilização de solventes orgânicos, assim como pelo uso sustentável de recursos.

Destaca-se a eficiência das estações de tratamento de águas residuais, que processam todos os efluentes gerados na instalação, incluindo os provenientes dos trabalhos realizados em doca.

Relativamente a resíduos, e na perspectiva da economia

circular, em 2018, cerca de 90% teve como destino a reciclagem ou valorização, sendo um dos exemplos o encaminhamento da granalha batida para a indústria cimenteira nacional.

A Empresa mantém a aposta na Formação e Consciencialização dos seus Colaboradores em matéria de ambiente, sendo evidente uma evolução na percepção do património a proteger.

Com vista à redução da pegada ecológica, nomeadamente através da redução das emissões de CO<sub>2</sub>, a Empresa tem seguido as medidas definidas no seu Sistema de Gestão de Energia, entre elas a utilização de energias renováveis.

### **Tecnologias de Informação**

A LISNAVE, no âmbito da actualização e melhoria contínua na área de Tecnologias de Informação, tem vindo a proceder, de forma gradual, à sua reestruturação, com a realização de alguns projectos de melhoria, nomeadamente ao nível da alta disponibilidade da nova infra-estrutura SAP, com a conclusão da migração da versão da base de dados HANA 1.0 para a versão HANA 2.0, como passo prévio para a implementação do projecto de migração S/4 HANA, o qual será concluído durante o ano de 2019.

Deste modo, a actualização da infra-estrutura técnica, permitirá também o aumento da resiliência das Tecnologias da Informação a situações de desastre, através da melhoria significativa do sistema redundante disponível a partir do Data Center de Alfragide, bem como do sistema de fail-over no Porto, que veio permitir que uma indisponibilidade do Data Center de Alfragide seja redireccionado para o Porto(Contrato de Outsourcing).

Ainda sobre o tema da segurança da Tecnologias da

Informação, foram realizadas vários workshops no sentido de validar quais as iniciativas a ter em conta para a introdução de melhorias nesta área. Na sequência desta acção foi elaborada uma Política de Segurança da Informação no quadro da legislação do RGPD, assim como, um roadmap identificando as necessidades de investimentos a concretizar em 2019.

Ainda neste âmbito, foi realizado um teste do Plano de Recuperação (DRP) dos sistemas Instalados no Data Center da Mitrena, tendo sido validados as redundâncias dos sistemas locais.

Por último, deve ser referido que em 2018 entrou em produção a comunicação das guias de transporte de resíduos usando os Webservices da APA. Assim, foi desenvolvido para este efeito uma aplicação e modificada a base de dados dos resíduos produzidos no Estaleiro.

### **Qualidade/Outras Certificações**

A LISNAVE, mantém o seu Sistema de Gestão da Qualidade auto-sustentável e eficaz, orientando o objectivo estratégico da Empresa para a satisfação dos seus Clientes, Parceiros e demais Partes Interessadas, assumindo a Qualidade como principal prioridade e como factor de sucesso, garantindo as competências da Empresa através da melhoria continua e da eficácia dos seus processos e mantendo o reconhecimento de ser líder no seu segmento de mercado.

A LISNAVE, em 2018, superou com o sucesso que lhe é reconhecido, as auditorias realizadas pela Lloyd's Register, mantendo a Certificação ISO 9001:2015 e preparando a fiabilidade dos seus processos para a renovação da respectiva Certificação no próximo ano.

Manteve igualmente o Certificado de Protecção do





Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias bem como a Acreditação do Laboratório de Calibrações.

Em 2018, a LISNAVE iniciou a implementação do Regulamento Geral de Protecção de Dados assumindo o compromisso no cumprimento dos novos direitos dos cidadãos referente à privacidade e à protecção dos seus dados pessoais.

### Investigação e Desenvolvimento

No decorrer do Exercício de 2018 continuou a ser desenvolvido, em parceria com duas empresas nacionais especializadas, um estudo de avaliação da capacidade de carga na laje da Doca 21 e Doca 22, com vista à optimização dos planos de docagem de navios. Ainda em parceria com outra empresa nacional, estudou-se o projecto de integração de várias centrais fotovoltaicas no Estaleiro da Mitrena.

### 5 | Recursos Humanos

A LISNAVE, como tem vindo a reafirmar ao longo dos últimos anos, decidiu, oportunamente, proceder ao Rejuvenescimento da Empresa e à flexibilização de alguns aspectos do Contrato de Trabalho, dada a indispensabilidade de assegurar a sua sobrevivência e sustentabilidade futura. A necessidade de Rejuvenescimento, pelo facto de já estarem ultrapassados os limites aceitáveis da idade média dos seus Trabalhadores, dadas as exigências físicas da actividade, bem como a flexibilização do Contrato de Trabalho, de modo a fazer face às melhores condições contratuais de que dispõem os seus concorrentes mais directos, num mercado altamente competitivo como é o da reparação naval, são factores preponderantes para um ajuste na estratégia de Recursos Humanos.

Após ver reiteradamente rejeitadas, por parte dos Órgãos Representativos dos Trabalhadores, as propostas de Acordo de Empresa entretanto apresentadas, deliberou redireccionar a sua estratégia, através do desenvolvimento de um extenso Programa de Formação de Jovens, tendo em vista proporcionar-lhes a aquisição das competências técnicas indispensáveis para os desafios de produtividade futuros e dar início ao inevitável processo de Rejuvenescimento do seu efectivo.

Por outro lado, a Empresa iniciou igualmente, com a colaboração do Accionista Navivessel, os procedimentos legais conducentes à constituição de uma nova Empresa, a qual, tendo um objecto social semelhante ao seu e operando em regime de Prestação de Serviços, passaria a ser, de acordo com as necessidades, a Empresa contratante de todos os Trabalhadores futuros.

Esta nova Empresa, que adoptou a denominação social “LISNAVEYARDS – NAVAL SERVICES, LDA.”, foi legalmente constituída, encontrando-se em actividade de Prestação de Serviços à LISNAVE, desde Fevereiro de 2009. No âmbito da referida Política de Rejuvenescimento

iniciada em 2006, a LISNAVE promoveu a realização de vários Programas de Formação de Jovens, envolvendo mais de quatro centenas de Formandos. Estes Programas foram precedidos por um estudo aprofundado das funções desempenhadas no Estaleiro, que culminou com a criação de cinco novas profissões: Serralheiros Navais, Serralheiros Mecânicos, Bombeiros Navais, Operadores de Máquinas Ferramentas e Condutores de Meios de Elevação e Transporte, com o objectivo, de por um lado, assegurar a Formação técnica indispensável a cada uma das cinco áreas de actuação não descurando, por outro, aspectos considerados fundamentais no desempenho desta actividade, como a flexibilidade e multidisciplinaridade.

A realização destes Programas de Formação, cujos objectivos se consubstanciavam em “seleccionar Jovens com perfil adequado, dar-lhes Formação e Competências básicas nas áreas com maior necessidade de recursos humanos na Empresa”, tem vindo a permitir à LISNAVEYARDS, em função do nível de aproveitamento final, dotar-se, progressivamente, dos recursos humanos considerados necessários, para assegurar a capacidade produtiva do Estaleiro e ao mesmo tempo, a substituição dos Trabalhadores mais experientes que naturalmente vão saindo da Empresa, como consequência do ingresso na situação de reforma.

Desta forma, no final de 2018 a LISNAVEYARDS contava com um efectivo de 284 Trabalhadores das diferentes profissões relacionadas com a actividade, 180 dos quais, Trabalhadores Directos, tendo procedido no decurso do Exercício, à contratação de 33 Operários, 4 Técnicos, 1 Administrativa e 13 Especialistas, 8 dos quais, jovens Engenheiros Mecânicos.

### Encargos com Remunerações

Antecedendo a apresentação dos indicadores mais relevantes, é importante referir que, na sequência da oportuna aprovação da proposta do Conselho de Administração, relativa à participação nos resultados alcançados, foi atribuída a todos os Trabalhadores, uma Gratificação de Balanço, composta por uma parte fixa e por duas partes variáveis, uma em função do Absentismo e outra dependente da Avaliação de Desempenho, correspondendo, agregadamente a uma Gratificação total de 480 mil Euros.

O montante global dos Encargos com Pessoal, cifrou-se em 11,4 milhões de Euros, tal como discriminado no quadro seguinte.

A redução na rubrica “Remunerações” é resultante, fundamentalmente, da saída “natural” de efectivos, verificada ao longo do ano. Relativamente às rubricas “Trabalho Suplementar” e “Prémios Subsídios e Outras Remunerações”, a sua redução está relacionada com mais um difícil Exercício que a Empresa enfrentou, num ano em que a procura, medida em número de consultas, atingiu o segundo nível mais baixo de sempre.

Rubricas	2018	2017
Remunerações	6.742.195	7.637.157
Trabalho Suplementar	602.763	609.018
Prémios Subsídios e Outras Remunerações	607.137	641.238
<b>Subtotal</b>	<b>7.952.095</b>	<b>8.887.413</b>
Encargos Sociais	3.459.898	2.815.294
<b>Total</b>	<b>11.411.993</b>	<b>11.702.707</b>

(Valores em Euros)

O aumento nos “Encargos Sociais” ficou a dever-se, essencialmente, a questões relacionadas com a rubrica “Seguros”.

Ainda relacionado com este tema, foi celebrado um Acordo com os Representantes dos Trabalhadores, no âmbito do qual, se acordaram medidas de carácter remuneratório, designadamente um aumento salarial de 1,80%.

**Formação e Desenvolvimento**

No Exercício de 2018, foram desenvolvidas várias Acções de Formação Profissional, envolvendo mais de 680 participantes, contemplando áreas consideradas fundamentais para a Empresa, quer pela sua componente técnica, quer em termos comportamentais, de desenvolvimento e de gestão.

### Formação e Desenvolvimento

Dando continuidade ao projecto iniciado em 2016, numa área de formação e desenvolvimento mais focalizada nas funções de chefia e coordenação de equipas, procurando desta forma colmatar a saída de antigos Trabalhadores que exerciam este tipo de funções, a LISNAVE em colaboração com a ATEC, promoveu a realização de mais um Assesment Center, com o objectivo de identificar um novo conjunto de Trabalhadores, promover o desenvolvimento das suas competências de liderança e gestão de pessoas, para em função das necessidades da Empresa, poderem vir a desempenhar funções de Coordenação e Chefia.

De salientar ainda, um aumento do número de horas de Formação na área “Técnicas de Produção”, associado, por um lado, à formação e desenvolvimento dos jovens Trabalhadores da Empresa, que têm vindo a ser recrutados no âmbito do Plano de Rejuvenescimento já referido, mas por outro, a uma maior disponibilidade dos Trabalhadores participantes, num ano em que, não obstante o aumento do número de navios por comparação com o

ano anterior, se registou uma acentuada quebra da actividade no Estaleiro.

Para além da Formação Técnica, foram ainda promovidas, no âmbito do Plano Anual de Formação, Acções de Formação noutras áreas de conhecimento, num total de 31.781 horas e numa média de 29 horas de Formação por participante.

**Formação de Jovens**  
Formação Profissional | 2018

Áreas de Formação	Total Horas	Total Participantes
Desenvolvimento Pessoal	2.068,47	605,00
Gestão Financeira, Fiscal e Contabilidade	2.068,47	605,00
Hardware e Software	227,00	9,00
Qualidade, Segurança, Ambiente e Protecção	2.982,75	214,00
Qualificação/Reciclagem/ Técnicas de Produção	26.451,50	250,00
<b>Total</b>	<b>31.781,72</b>	<b>1.085,00</b>

No âmbito do Plano de Rejuvenescimento que tem vindo a desenvolver desde 2006, a LISNAVE promoveu ainda, a realização de mais 4 cursos de Formação de Jovens, nas diferentes profissões da metalomecânica, designadamente, Serralheiros Mecânicos, Serralheiros Navais, e ainda um curso específico para Técnicos de Prevenção e Segurança, num total de 18.850 horas de Formação em que participaram 38 Formandos.

### Plano Estratégico de Sucessão e Rejuvenescimento de Quadros

Para além da Formação e recrutamento já referidos, a LISNAVE deu início ao Plano Estratégico de Sucessão e Rejuvenescimento de Quadros, no âmbito do qual

procurou, por um lado, assegurar a sucessão e rejuvenescimento de um primeiro grupo de Quadros, identificado como prioritário, atendendo às condições favoráveis existentes para o ingresso em situação de reforma, e por outro, reforçar os Sectores Produtivos, de Manutenção e de Vendas, tendo promovido para o efeito e durante o Exercício, o recrutamento interno e mobilização de um total de 15 jovens Engenheiros.

### Saúde, Higiene e Segurança

A LISNAVE manteve, no decurso do Exercício, a sua tradicional preocupação com a saúde dos Trabalhadores. Nesta perspectiva, para além de intervenções pontuais, foram realizados 719 Exames, dos quais 373 da LISNAVEYARDS e 346 da LISNAVE, subdivididos em 71 exames de Admissão, 376 Periódicos e 272 Ocasionais.

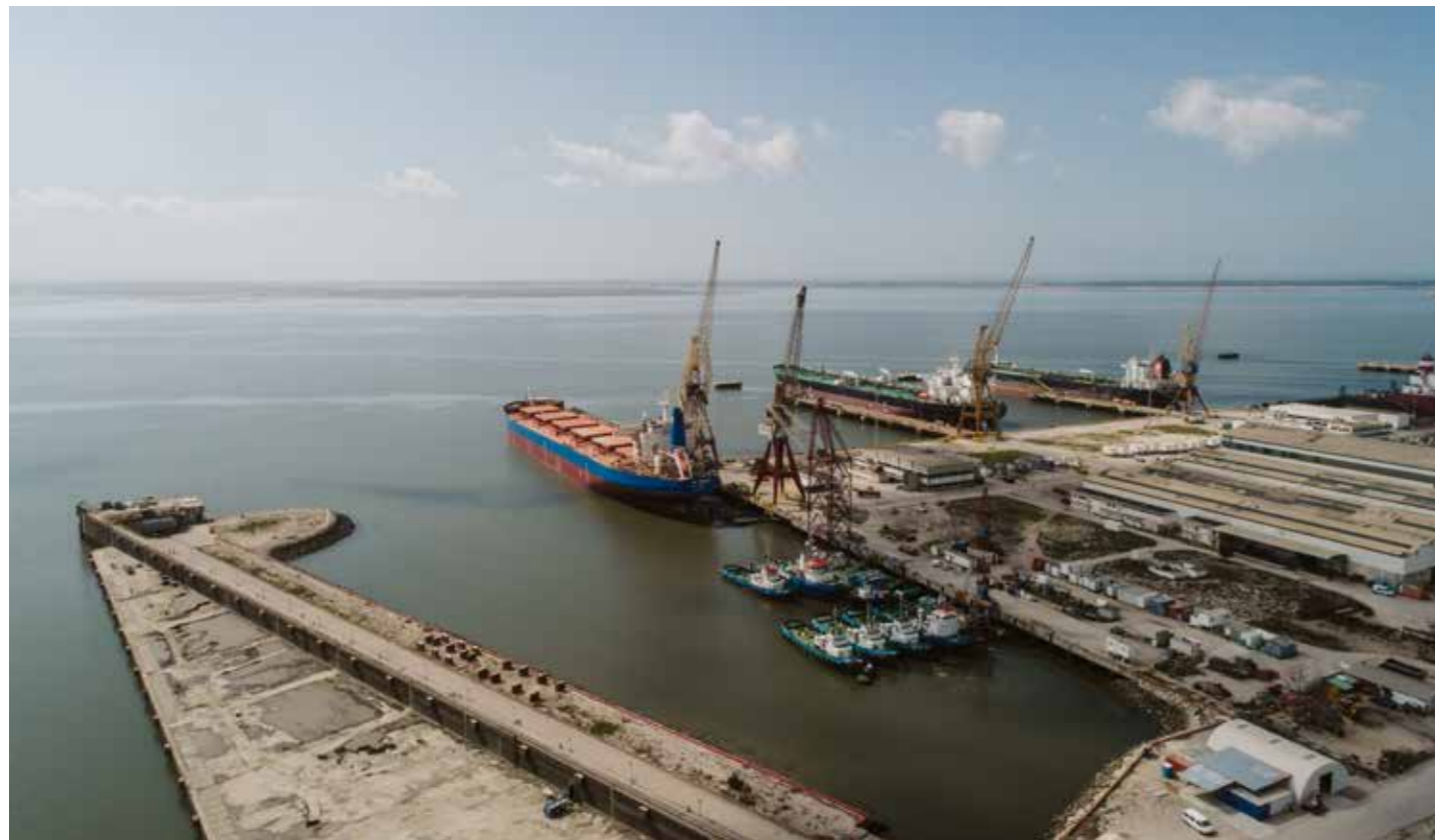
No âmbito da Segurança e para além do cumprimento da legislação e regulamentação vigente, em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho, a LISNAVE, reforçou a sua preocupação com a Segurança colectiva e individual de todos os Trabalhadores que prestam actividade no Estaleiro, deliberando um regime de sanções por incumprimento das regras de prevenção vigentes no Estaleiro e promovendo a realização de diversas Acções de Formação e Sensibilização acerca destas matérias, no âmbito da cultura de Prevenção e Segurança que tem vindo a implementar.

### Indicadores

No ano de 2018, verificou-se um significativo decréscimo do número de acidentes com baixa (decréscimo de 55% vs. 2017). A LISNAVE não registou, no seu efectivo, a existência de acidentes de gravidade muito elevada, o que por este facto, gerou menos dias úteis perdidos (decréscimo de 56% vs. 2017).

No que respeita à sinistralidade, o ano de 2018 apresenta





um índice de Gravidade no valor de 0,37 (decréscimo de 52% vs. 2017) e um Índice de Frequência de 18,07 (decréscimo de 50% vs. 2017), verificando-se assim e em relação ao ano de 2017, uma melhoria superior a 50%.

**Promoção da Segurança e Saúde Ocupacional**

Com o objectivo de potenciar a melhoria contínua dos referidos índices de sinistralidade, a LISNAVE promoveu a realização de um conjunto de Acções de Formação de Segurança e Ambiente para chefias, direccionada para colaboradores da LISNAVE e de Empresas Prestadoras de Serviços. Por outro lado, manteve a forte aposta na informação e

sensibilização dos diversos intervenientes em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiente, tendo abrangido em 2018, um total de 2.912 pessoas, incluindo por um lado, o acolhimento de 796 novos Trabalhadores de Empresas Prestadoras de Serviços assim como novos Formandos e o refrescamento de 1.828 Trabalhadores próprios e de Empresas Prestadoras de Serviços.

Com vista à promoção e divulgação da Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiente, foi também ministrada informação numa vertente mais direccionada para situações específicas, a 288 pessoas, nomeadamente, a Chefias Directas, Gestores de Projecto, Técnicos de Segurança do Trabalho, pessoas envolvidas em incidentes e outras

matérias, bem como no âmbito da colaboração com entidades externas, a alunos e professores da Escola Superior Náutica Infante D. Henrique, Instituto Superior Técnico, Instituto Superior de Educação e Ciências, Intitulo Politécnico de Setúbal e outros estagiários externos.

A Prevenção e Segurança também participou em acções de sensibilização relacionadas com as áreas da “Segurança, Qualidade, Ambiente e Boas Práticas”, promovidas, anualmente, pelos diversos sectores produtivos da Empresa e que envolveram 53 pessoas entre Trabalhadores da LISNAVE e responsáveis de Empresas Prestadoras de Serviços.

Para além da informação e formação dada em sala e on the job, referida anteriormente, de destacar ainda a distribuição de informações e regras básicas de Segurança às pessoas que diariamente entram nas instalações da Empresa, como sejam vendedores, técnicos externos e outras visitas, o que em 2018 totalizou 2.556 divulgações.

**Outros Indicadores**

O índice de absentismo em 2018 revelou um ligeiro agravamento face ao ano anterior.

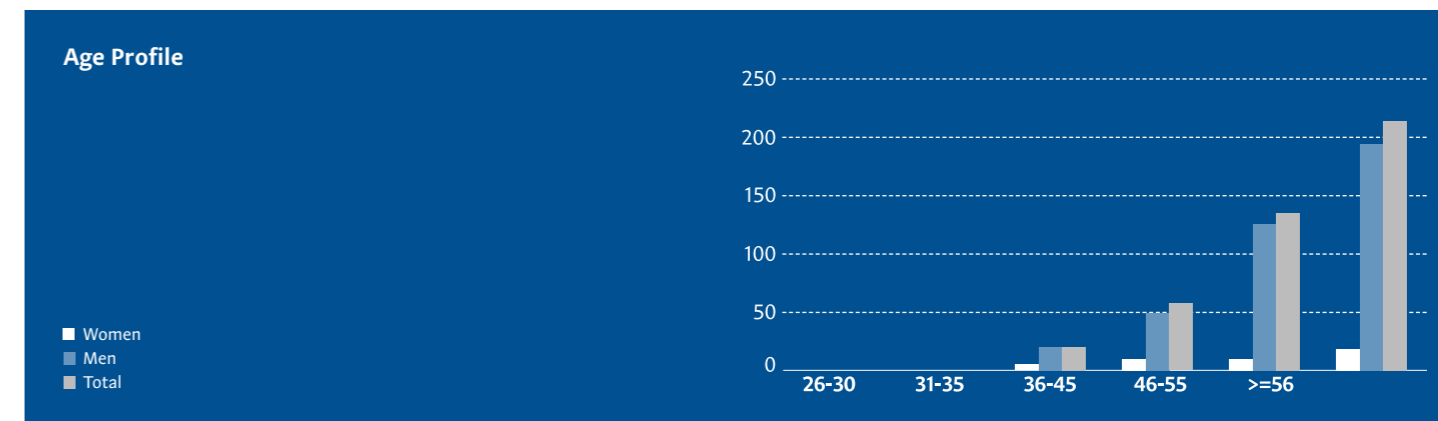
Comparativamente aos Indicadores de Pessoal no final de



2017, a LISNAVE viu o seu efectivo reduzido em 41 Trabalhadores, a maioria dos quais e nos termos da Lei, por ingresso na situação de Reforma Antecipada.

Em 31 de Dezembro de 2018, o efectivo total da LISNAVE era de 211 Trabalhadores com uma média de idades de 57,32 anos.

**6 | Situação Económica e Financeira**





Como já foi referido anteriormente, a LISNAVE durante o Exercício de 2018, reparou 85 navios, com uma facturação total de 80,7 milhões de Euros. Como é possível verificar no quadro seguinte, não obstante o aumento de 9% no Número de Navios Reparados em 2018, registou-se por outro lado, uma queda significativa, de 7,8%, no valor da Facturação Total do Exercício. A Facturação Média por Navio, de 949 mil Euros, reflecte igualmente uma quebra de 15,4%, quando comparada com o período homólogo. Este resultado é explicado principalmente pelo menor número de grandes reparações realizadas no Exercício e por uma redução generalizada dos trabalhos solicitados por navio, no que respeita às reparações de rotina.

Apesar do aumento do número de navios reparados

#### Número de Navios e facturação

Rubricas	2018	2017	2016	2015	2014
N.º Navios Reparados	85	78	67	107	92
Facturação Total	80,7	87,5	95,7	113,2	76,3
Facturação Média Navio	0,949	1,122	1,429	1,057	0,830

(Valores em Milhões de Euros)

relativamente ao Exercício anterior, quando comparado com a média de 89 navios verificada no triénio de 2014/2016, regista, ainda assim, uma quebra de 4%.

Este resultado está directamente relacionado com a evolução da procura, ou seja, o número de consultas, foi inferior ao verificado no Exercício anterior em 4,1% e 10%, relativamente à média verificada para o triénio de 2014/2016. Por outro lado e associada a uma Estratégia Comercial mais agressiva, a taxa de sucesso no valor de 19,8%, foi superior à do Exercício anterior em 2,8 pp e 0,9 pp, quando comparada com a média verificada no triénio de 2014/2016.

A evolução negativa de alguns destes indicadores, está

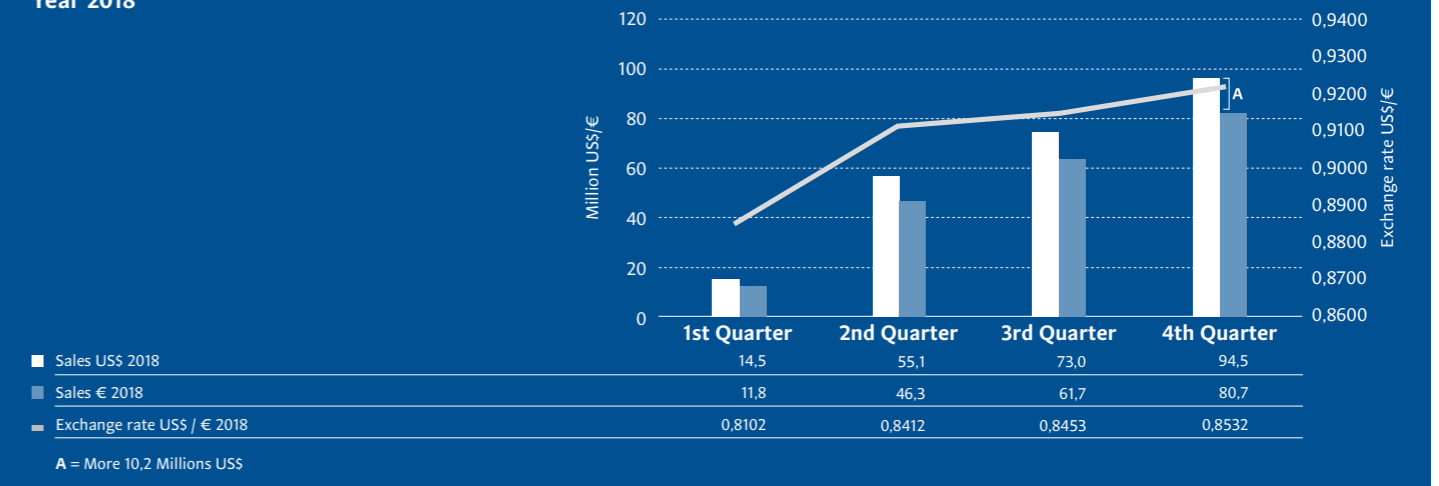


intimamente relacionada, com a quebra acentuada das taxas de frete que se tem verificado desde 2008, na sequência da crise financeira e económica internacional e do excesso de oferta no mercado de transporte marítimo, resultante da constante evolução crescente da Frota Mercante Mundial.

Importa por outro lado referir, atendendo ao facto de os principais Clientes da LISNAVE, ainda utilizarem o Dólar nas suas transacções comerciais, a evolução cambial do Dólar dos EUA, que durante o Exercício de 2018 registou uma valorização face ao Euro, de cerca de 8,5%.

O quadro seguinte ilustra o impacto que a evolução do Dólar teve ao longo do Exercício de 2018, relativamente à **facturação acumulada das reparações**, atingindo uma cotação média anual de 0,8532.

#### Accumulated Sales and Exchange Rate US\$/€ Year 2018



#### Vendas e Prestações de Serviços

Rubricas	2018	2017	2016	2015	2014
Reparações Navais	80.657	87.506	95.744	113.152	76.333
Rédito dos Navios em Curso	-970	-3.094	4.610	-3.294	4.327
Outras Actividades	2.817	1.433	561	3.490	3.905
Prestações de Serviços	812	1.182	1.213	1.294	1.103
<b>Total</b>	<b>83.315</b>	<b>87.027</b>	<b>102.128</b>	<b>114.642</b>	<b>85.669</b>

(Valores em Milhares de Euros)

O quadro anterior mostra a evolução do total das **Vendas e Prestações de Serviços**. O valor total das Rubricas “Reparações Navais” e “Rédito dos Navios em Curso” representou 95,6% do valor total das “Vendas e Prestações de Serviços”, tendo as Rubricas “Outras Actividades” e “Prestações de Serviços” registado, no seu conjunto, um valor de 3,6 milhões de Euros. De salientar, que o montante da Rubrica “Outras Actividades” registou um acréscimo de 96,5% quando comparado com o ano anterior, resultante do aumento das Vendas de Serviços à Empresa LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, detentora do Contrato de Concessão do Estaleiro da Mitrena, relaciona-

dos com o Plano de Investimentos de Reabilitação do Estaleiro e da venda de outros serviços a terceiros.

Relativamente à evolução da situação económica da Empresa, o quadro seguinte apresenta as Demonstrações de Resultados para os Exercícios de 2018/2014, onde é possível verificar, por um lado, a evolução da rentabilidade das Vendas, e por outro, a evolução do peso relativo dos factores produtivos, no total de Rendimentos de Exploração.

Relativamente à evolução da situação económica da

## Demonstração de Resultados

Rubricas	2018		2017		2016		2015		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	83 315		87 027		102 128		114 642		85 669	
Variação de produção	0		0		0		0		0	
Trabalhos para a própria empresa	1		2		0		0		3	
Outros rendimentos e ganhos	1 005		2 641		1 917		1 541		3 538	
<b>Total rendimentos de exploração</b>	<b>84 320</b>	<b>100</b>	<b>89 669</b>	<b>100</b>	<b>104 045</b>	<b>100</b>	<b>116 183</b>	<b>100</b>	<b>89 209</b>	<b>100</b>
Custos das mat. primas consumidas	5 540	6,6	6 009	6,7	8 945	8,6	6 187	5,3	5 800	6,5
Fornecimentos e serviços externos	65 746	78,0	61 397	68,5	68 893	66,2	74 392	64,0	61 324	68,7
Gastos com o pessoal	11 412	13,5	11 703	13,1	12 389	11,9	14 049	12,1	12 804	14,4
Depreciações, Imparidade e Provisões	-5 989	-7,1	6 048	6,7	1 579	1,5	1 815	1,6	-80	-0,1
Impostos	22	0,0	21	0,0	24	0,0	34	0,0	101	0,1
Outros gastos e perdas	784	0,9	1 387	1,5	2 841	2,7	670	0,6	427	0,5
<b>Total de gastos de exploração</b>	<b>77 515</b>	<b>91,9</b>	<b>86 564</b>	<b>96,5</b>	<b>94 671</b>	<b>91,0</b>	<b>97 147</b>	<b>83,6</b>	<b>80 376</b>	<b>90,1</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>6 805</b>	<b>8,1</b>	<b>3 105</b>	<b>3,5</b>	<b>9 374</b>	<b>9,0</b>	<b>19 035</b>	<b>16,4</b>	<b>8 833</b>	<b>9,9</b>
Resultados de financiamento	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>6 805</b>	<b>8,1</b>	<b>3 105</b>	<b>3,5</b>	<b>9 374</b>	<b>9,0</b>	<b>19 035</b>	<b>16,4</b>	<b>8 833</b>	<b>9,9</b>
Impostos sobre rend. período (-)	-2 192	-2,6	-1 151	-1,3	-2 659	-2,6	-5 423	-4,7	-2 357	-2,6
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>4 613</b>	<b>5,5</b>	<b>1 954</b>	<b>2,2</b>	<b>6 715</b>	<b>6,5</b>	<b>13 612</b>	<b>11,7</b>	<b>6 476</b>	<b>7,3</b>

(Valores em milhares de Euros)

Empresa, o quadro seguinte apresenta as Demonstrações de Resultados para os Exercícios de 2018/2014, onde é possível verificar, por um lado, a evolução da rentabilidade das Vendas, e por outro, a evolução do peso relativo dos factores produtivos, no total de Rendimentos de Exploração.

Analisando de forma breve a Demonstração de Resultados, constata-se que no Exercício de 2018, a situação económica da Empresa melhorou, relativamente ao Exercício anterior, dado que se registou um “Resultado Líquido” de 4,6 milhões de Euros. Contudo, analisando a informação em maior detalhe, é possível concluir, por um lado, que os “Resultados Operacionais do Exercício” estão fortemente influenciados, pela reversão de Imparidades de Clientes criadas nos Exercícios 2016 e 2017, no valor de 7 milhões de Euros (montante não aceite como custo e por essa razão, adicionado à Matéria Colectável), e por

outro, que os “Impostos sobre Rendimentos do Período” no Exercício 2018 foram agravados, em consequência desta reversão, pelo facto de se terem constituído “Impostos Diferidos”, nos Exercícios anteriores.

Dando continuidade à situação verificada nos anos transactos, a LISNAVE não apresentou qualquer valor de “Resultados de Financiamento”, uma vez que não teve necessidade de recorrer a financiamento bancário.

De referir ainda, que na sequência da decisão da Gestão, tomada no final de 2003, os riscos cambiais, relacionados com a volatilidade do Dólar, foram oportunamente eliminados, dado que a Empresa passou a facturar aos Clientes em Euros. Deste modo, as diferenças cambiais registadas no Exercício de 2018 mantiveram-se em níveis não materialmente relevantes.

Complementarmente à análise da evolução económica



da Empresa para o período de 2018 a 2014, apresenta-se no mapa seguinte, um conjunto dos Indicadores e Rácios económicos mais relevantes.

Da sua análise pode concluir-se que, no Exercício de 2018, os Agregados Globais apresentaram uma evolução negativa quando comparados com os do Exercício anterior, tendo o “Valor Acrescentado Bruto” (VAB), decrescido em 9 milhões de euros, como resultado da redução das Vendas e da Margem Bruta dos Projectos.

Contudo, apesar deste indicador, a Empresa manteve a sua sustentabilidade económica, o que lhe permitiu continuar a operar num mercado caracterizado por uma forte concorrência e grande imprevisibilidade.

Relativamente aos Rácios, a evolução foi positiva, dado que a forma de cálculo é em função do número de Trabalhadores, sendo que a redução no efectivo superou o decréscimo registado ao nível das Vendas.

## Agregados Económicos

Rubricas	2018	2017	2016	2015	2014
<b>Agregados Globais</b>					
Valor bruto da produção (VBP)	83 316	87 028	102 128	114 642	85 672
Valor acrescentado bruto (VAB)	13 302	22 355	27 334	38 851	21 200
Encargos com pessoal	11 412	11 703	12 389	14 049	12 804
Cash flow operacional	816	9 154	10 954	20 850	8 753
	<b>229</b>	<b>253</b>	<b>261</b>	<b>285</b>	<b>291</b>
<b>Rácios</b>					
Valor bruto da produção per capita	363,8	344,0	391,3	402,3	294,4
Encargos com pessoal per capita	49,8	46,3	47,5	49,3	44,0
VAB / VBP	16%	26%	27%	34%	25%
Encargos com pessoal / VAB	86%	52%	45%	36%	60%

(Valores em Milhares de Euros)





A evolução da **Situação Líquida**, para o período em análise, está evidenciada no quadro seguinte.

A Situação Líquida em 31 de Dezembro de 2018 apresenta um valor de 33 milhões de Euros. O valor contabilístico por Acção, no fim do Exercício, era de 33,05€, representando uma valorização de 561% relativamente ao seu valor nominal.

Através da análise das principais **Rubricas do Balanço** em Situação Líquida

Rubricas	2018	2017	2016	2015	2014
Capital Social	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000
Prestações Suplementares de Capital	0	0	0	0	0
Reserva Legal e Resultados Transitados	23.436	23.799	23.784	23.672	23.196
Resultado Líquido do Exercício	4.613	1.954	6.715	13.612	6.476
<b>Total da Situação Líquida</b>	<b>33.049</b>	<b>30.753</b>	<b>35.499</b>	<b>42.284</b>	<b>34.672</b>

(Valores em Milhares de Euros)

31 de Dezembro de 2018, para os últimos cinco Exercícios, que constam do quadro anterior, é possível analisar a evolução da estrutura financeira da Empresa.

Com a finalidade de se avaliar o Balanço, nas suas vertentes de Liquidez e Estrutura Financeira, no final do Exercício em apreço, considerou-se um conjunto de indicadores que

#### Balanços Sintéticos Comparados

Rubricas	2018	2017	2016	2015	2014
<b>Activo</b>					
Activo não corrente	10 070	13 006	10 878	9 338	9 798
Inventários	1 962	1 985	2 077	1 851	1 850
Clientes c/c (líquido de adiantamentos)	16 955	10 596	14 714	13 005	12 035
Outras contas a receber	6 885	5 571	8 139	6 404	6 698
Caixa e depósitos bancários	26 798	29 975	38 536	51 928	35 393
Diferimentos	195	120	232	247	143
<b>Total do Activo</b>	<b>62 864</b>	<b>61 253</b>	<b>74 577</b>	<b>82 774</b>	<b>65 918</b>
<b>Passivo</b>					
Provisões	771	1 583	3 725	2 136	2 204
Outras contas a pagar não corrente	25	30	137	876	1 445
Financiamentos obtidos não correntes	0	0	0	0	0
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0
Fornecedores c/c (líquido de adiantamentos)	20 156	21 289	24 794	24 648	19 206
Outras contas a pagar	8 864	7 599	8 108	11 577	8 391
Diferimentos	0	0	2 314	1 252	0
<b>Total do Passivo</b>	<b>29 816</b>	<b>30 500</b>	<b>39 079</b>	<b>40 490</b>	<b>31 246</b>
<b>Situação Líquida</b>	<b>33 049</b>	<b>30 753</b>	<b>35 499</b>	<b>42 284</b>	<b>34 672</b>

(Valores em Milhares de Euros)

ajudam a caracterizar a situação financeira da Empresa.

#### Liquidez

Apresentando um Fundo de Maneio na ordem dos 23,8 milhões de Euros e Rácios de Liquidez Geral e de Liquidez Reduzida com valores de 1,82 e 1,75, respectivamente, estes últimos, em linha com os registados no Exercício 2016, pode afirmar-se que a estrutura Financeira de Curto Prazo da Empresa continua a mostrar uma boa solidez.

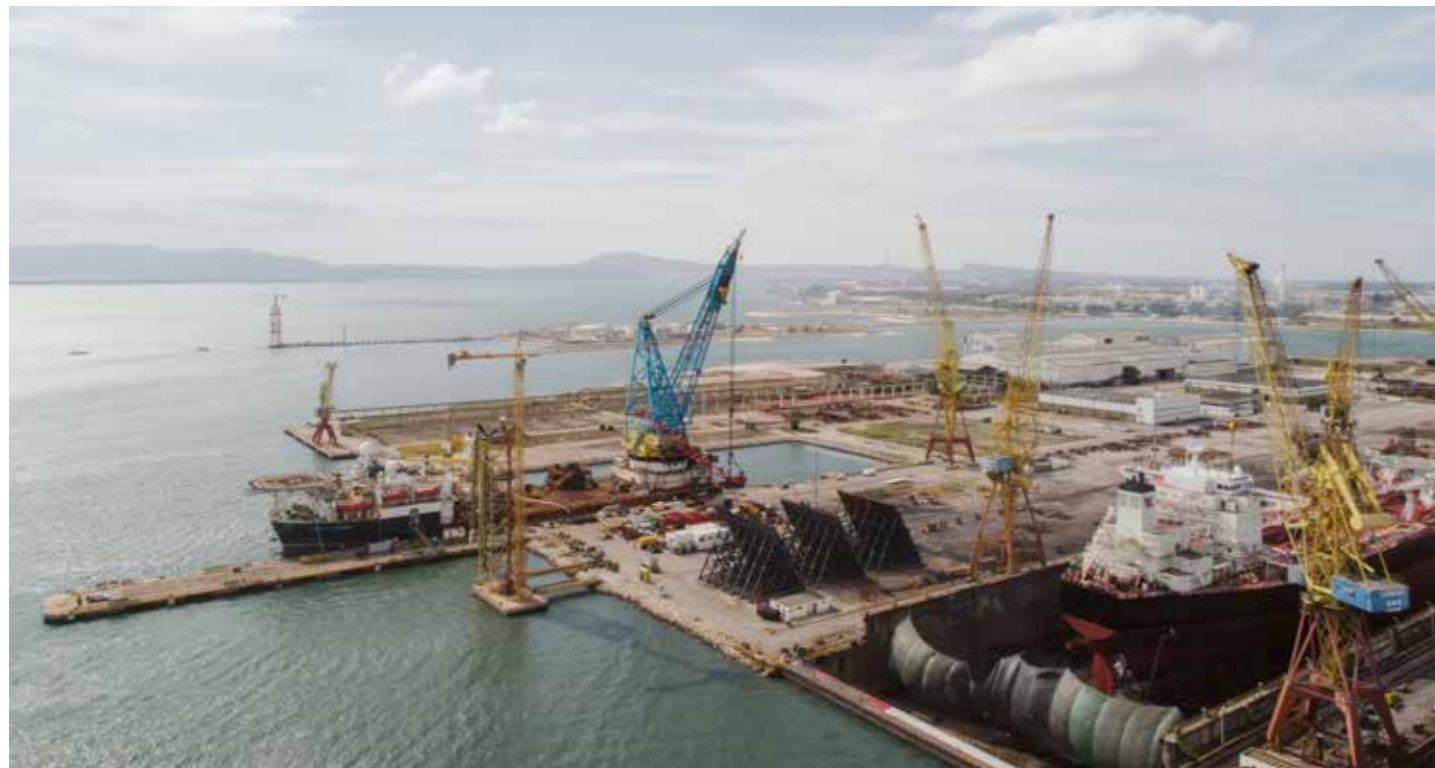
Para esta situação continuaram a contribuir os seguintes factores: inexistência de Dívidas Bancárias de Curto Prazo, devido ao não recurso ao crédito bancário para fazer face à gestão corrente da Tesouraria, fruto do nível do “Cash Flow” gerado no Exercício e das Disponibilidades em Caixa e Bancos, as quais atingiram cerca de 26,8

milhões de Euros, no final do Exercício.

#### Estrutura Financeira

Apresentando um Rácio de Financiamento dos Activos não Correntes de 3,28 e Rácios de Solvabilidade Total e Autonomia Financeira de 110,8% e 52,6% respectivamente, conclui-se que a estrutura financeira do Balanço continua num nível muito confortável e adequado ao “core business” da Empresa, cujo mercado se caracteriza por um forte grau de imprevisibilidade

Finalmente, e de acordo com as disposições legais, declara-se que, em 31 de Dezembro de 2018, a LISNAVE não detinha Acções próprias e não existiam Dívidas em mora ao Sector Público Estatal, incluindo à Segurança Social.



## 7 | Perspectivas da Actividade para 2019

Nas economias desenvolvidas, a redução da política de incentivos, à medida que a utilização da capacidade instalada for sendo atingida, associada ao aumento das taxas sobre as importações, resultante da guerra comercial, iniciada pelos Estados Unidos da América e a China, fará moderar a taxa de crescimento das suas economias, prevendo-se, por isso, para estas economias, no ano de 2019 um crescimento de 2,1%, isto é, uma redução de 0,1 pontos percentuais em relação ao estimado para o ano de 2018.

O aumento das taxas sobre as importações, está a reflectir-se no aumento dos preços dos produtos manufacturados, o que tem grande peso na balança comercial dos países tanto importadores como exportadores. Estes aumentos de preços têm consequências no aumen-

to da taxa de inflação e, conseqüentemente no aumento das taxas de juro dos empréstimos às economias. Estes aumentos têm graves consequências na economia dos países em desenvolvimento dado que, são estes os mais dependentes de capitais externos para o financiamento das suas economias.

Se as consequências, da citada guerra comercial, não forem além das já verificadas no ano de 2018, espera-se que a economia dos países em desenvolvimento tenha, durante o ano de 2019 um crescimento robusto, atingindo os 4,3% embora 0,1 ponto percentual inferior ao do ano de 2018.

Consequência do atrás exposto, espera-se que no ano de

2019 a economia mundial mantenha uma taxa de crescimento semelhante à verificada no ano de 2018 e que o crescimento do volume de trocas comerciais sofra uma ligeira redução de 0,2 pontos percentuais passando de 3,8% em 2018 para 3,6% em 2019.

O transporte marítimo mundial, segundo a “Clarkson Shipping Intelligence”, no ano de 2018, cresceu cerca de 2,7% em toneladas e 3,1% em toneladas x milha, sendo que para o ano de 2019, projecta a mesma publicação crescimentos semelhantes.

Em relação à oferta de transporte, dada a similitude das variáveis que definem o crescimento das frotas – carteira de encomendas, preços das novas construções, preço dos navios em segunda mão, preço do aço dos navios vendidos para desmantelamento, etc. – serem semelhantes às verificadas há um ano, espera-se também um crescimento semelhante ao do ano de 2018 que foi de 2,6%.

A concretização destes dois indicadores, provocará uma ligeira redução do excesso de oferta de transporte o que poderá ter impacto positivo nas taxas de frete embora muito ligeiro.

As perspectivas que se apresentaram no Relatório do Exercício anterior relativamente ao cumprimento dos acordos de Paris, continuam pertinentes, estando já em instalação os sistemas de tratamento de águas de lastro, assim como, em avançado estado de definição, as soluções de tratamento dos gases de escape a utilizar a fim de cumprir os limites de emissões exigidos.

A entrada em vigor destes regulamentos internacionais acarretará elevados custos, tanto de investimento como operacionais, o que será gerador de oportunidades para os estaleiros de reparação naval e poderá ter um impacto ainda imprevisível na programação do planeamento de

docagens durante os anos de 2019 e 2020.

Nos navios de grande dimensão, começa já a ser notório que a solução preferida dos Armadores será a instalação de “Scrubbers”, solução esta que obrigará os navios a entrar em estaleiro, o que fará com que a crescer aos custos da solução escolhida haja que juntar os custos da imobilização do navio.

Sendo esta a melhor solução para os estaleiros de reparação naval, espera-se que os projectos em definição comecem a ser concretizados já a partir do segundo trimestre do ano de 2019, dada a urgência e o grande número de projectos a concretizar.

Se em termos de reparação naval de rotina, não se esperam grandes alterações na actividade em relação aos anos anteriores, dadas as características das frotas existentes, - a idade média das frotas, não permite aumentar o conteúdo médio das reparações - espera-se que estas modificações, exigidas pelas novas preocupações ambientais venham complementar a actividade e gerar receitas que permitam aumentar o conteúdo médio de trabalho por reparação.

Também como já foi referido no Relatório de 2017, a forte concentração e consolidação a que se tem assistido e que se prevê que continue nos anos mais próximos, está a gerar a concentração do armamento na posse de cada vez menos Armadores, o que afecta, negativamente, a capacidade de negociação dos estaleiros.

Embora, a pressão sobre os preços das reparações continue a fazer-se sentir com o continuado aumento da actividade em países com custos de produção significativamente inferiores aos da LISNAVE, espera-se que este aumento de actividade, dadas as suas características e a necessidade de reduzir ao máximo os tempos de imobilização dos navios venha a ter repercussões positivas nos estaleiros de maior qualificação técnica, compensando a





redução do valor médio das reparações de rotina, esperando a LISNAVE um nível de actividade de Reparação Naval em 2019 relativamente próximo do que se verificou no ano de 2018.

#### Recursos Humanos

O Conselho de Administração, no ano de 2019, pretende prosseguir com a sua Política de Gestão Estratégica de Recursos Humanos, através da cooperação estabelecida com a LISNAVEYARDS, por forma a continuar a promover, através desta, a criação de condições que assegurem a sustentabilidade futura deste sector de actividade em Portugal.

Com este objectivo, a LISNAVE pretende explorar novas modalidades de colaboração com a LISNAVEYARDS, procurando que esta assuma, em função da dimensão do

seu quadro de pessoal, nomeadamente no que ao número de Trabalhadores directos respeita, maiores responsabilidades no desenvolvimento da actividade.

Neste contexto, para além da Formação Profissional dos seus Trabalhadores, tendo estimado para o efeito, um Plano Anual de Formação para 2019 composto por 45 Acções de Formação, envolvendo cerca de 460 Formandos, num total de 10.345 Horas, a LISNAVE, tenciona prosseguir com a sua Política de Rejuvenescimento, prevendo realizar três novos cursos de Formação de Jovens, dar continuidade ao Programa de Formação de Chefias com a ATEC, com a realização de mais um Curso e ainda, prosseguir com o seu Plano Estratégico de Sucessão e Rejuvenescimento dos Quadros da Empresa.

#### 8 | Proposta de Aplicação de Resultados



O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas:

**1** Que seja aprovado o presente Relatório de Gestão e Contas;

**2** Que ao Resultado Líquido no valor de € 4.613.179,30 (quatro milhões, seiscentos e treze mil, cento e setenta e nove Euros e trinta Cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Resultados Transitados	4.613.179,30 Euros
------------------------	--------------------

#### 9 | Referências Finais

Finalmente, a concluir o Relatório de Gestão relativo à actividade do Exercício de 2018, o Conselho de Administração quer expressar o seu profundo agradecimento e apreço às muitas pessoas e entidades, que de forma directa ou indirecta o apoiaram na consecução dos objectivos estabelecidos, particularmente:

- ▶ Aos Clientes e Fornecedores, pela preferência e confiança com que continuaram a distinguir a LISNAVE;
- ▶ Aos Accionistas, pelo apoio, colaboração e interesse sempre manifestados no acompanhamento dos aspectos mais relevantes da gestão da Empresa;
- ▶ Às Autoridades em geral e às do Porto de Setúbal em particular, pela compreensão e colaboração evidenciadas na resolução das questões inerentes ao funcionamento do Estaleiro;
- ▶ Às Instituições de Crédito, pelo excelente relacionamento que têm vindo a manter com a LISNAVE;
- ▶ Ao Conselho Fiscal e aos Auditores Externos pela forma participativa como exerceram as suas funções;
- ▶ A todos os Colaboradores da Empresa e seus Órgãos Representativos, pela disponibilidade, empenho e elevado profissionalismo evidenciados.

Setúbal, 19 de Fevereiro de 2019

#### O Conselho de Administração

**Presidente** Eng. José António Leite Mendes Rodrigues

**Vogais** Dr. Nelson Nunes Rodrigues  
Dr. Luís Manuel dos Santos Silva Patrão  
Eng. Peter Luijckx  
Dr. João Rui Carvalho dos Santos



**Balanco**

**Demonstração de Capital Próprio**

**Demonstração de Resultados**

**Demonstração de Fluxos de Caixa**

**Anexo**

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

**Certificação Legal das Contas**

**BALANCE**

Headings	Notes	2017	2016
<b>Assets</b>			
<b>Non-current Assets</b>			
Tangible Assets	8	6 668 662,17	6 755 327,28
Investment properties	7	2 567 100,00	2 567 100,00
Other financial Assets	15	0,00	945 934,89
Deferred tax Assets	14	273 669,64	2 170 908,25
Other accounts receivable	15	110 276,08	116 294,19
Non-current Assets held for Sale	8	450 000,00	450 000,00
		<b>10 069 707,89</b>	<b>13 005 564,61</b>
<b>Current Assets</b>			
Inventories	10	1 961 617,54	1 985 214,00
Costumers	15.1	16 974 218,51	10 625 431,39
Advances to Suppliers	15.3	245 319,72	125 779,52
State and other Public Entities	14/17.1	3 615 484,37	2 237 454,37
Other accounts receivable	15.2	3 269 398,45	3 333 547,92
Deferrals	17.2	194 991,27	119 671,32
Cash and short-term deposits	4	26 798 056,41	29 975 118,27
		<b>53 059 086,27</b>	<b>48 402 216,79</b>
<b>Total Assets</b>		<b>63 128 794,16</b>	<b>61 407 781,40</b>

(Amount in €)

Headings	Notes	2017	2016
<b>Equity and Liabilities</b>			
<b>Equity</b>			
Realized Capital	15.5	5 000 000,00	5 000 000,00
Legal reserves	17.3	1 398 173,26	1 398 173,26
Retained earnings	17.3	22 037 335,95	22 400 530,25
		28 435 509,21	28 798 703,51
Net Profit / Loss for the Period	17.3	4 613 179,30	1 953 969,70
<b>Total Equity</b>		<b>33 048 688,51</b>	<b>30 752 673,21</b>
<b>Liabilities</b>			
<b>Non-current Liabilities</b>			
Provisions	12	771 122,79	1 583 086,32
Deferred Tax Liabilities	14	24 812,10	29 655,02
		<b>795 934,89</b>	<b>1 612 741,34</b>
<b>Current Liabilities</b>			
Suppliers	15.3	20 401 035,89	21 414 307,61
Advances to costumers	15	19 225,50	29 430,36
State and other Public Entities	14/17.1	411 396,14	367 697,82
Other debts payable	15.4	8 452 513,23	7 230 931,06
		<b>29 284 170,76</b>	<b>29 042 366,85</b>
<b>Total Liabilities</b>		<b>30 080 105,65</b>	<b>30 655 108,19</b>
<b>Total Equity and Liabilities</b>		<b>63 128 794,16</b>	<b>61 407 781,40</b>

(Amount in €)



**STATEMENT OF CHANGES IN EQUITY**

Description	Issued Capital	Legal Reserves	Earnings	Net Income	Total Equity
<b>Position at 01/01/2017</b>	<b>5 000 000,00</b>	<b>1 398 173,26</b>	<b>22 385 693,75</b>	<b>6 714 836,50</b>	<b>35 498 703,51</b>
Reminder of the distribution of the Net Income for the Period			6 714 836,50	-6 714 836,50	0,00
<b>Changes for the period</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Net Income for the period</b>				<b>1 953 969,70</b>	<b>1 953 969,70</b>
<b>Operations with equity owners</b>					
Dividends			-6 700 000,00		-6 700 000,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-6 700 000,00</b>	<b>1 953 969,70</b>	<b>-4 746 030,30</b>
<b>Position at the end of 2017</b>	<b>5 000 000,00</b>	<b>1 398 173,26</b>	<b>22 400 530,25</b>	<b>1 953 969,70</b>	<b>30 752 673,21</b>
<b>Position at 01/01/2018</b>	<b>5 000 000,00</b>	<b>1 398 173,26</b>	<b>22 400 530,25</b>	<b>1 953 969,70</b>	<b>30 752 673,21</b>
Reminder of the distribution of the Net Income for the Period			1 953 969,70	-1 953 969,70	0,00
<b>Changes for the period</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Net Income for the period</b>				<b>4 613 179,30</b>	<b>4 613 179,30</b>
<b>Operation with equity owners for the period</b>					
Dividends			-1 950 000,00		-1 950 000,00
Other Operations			-367 164,00		-367 164,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-2 317 164,00</b>	<b>4 613 179,30</b>	<b>2 296 015,30</b>
<b>Position at the end of 2018</b>	<b>5 000 000,00</b>	<b>1 398 173,26</b>	<b>22 037 335,95</b>	<b>4 613 179,30</b>	<b>33 048 688,51</b>

(Amount in €)

**PROFIT AND LOSS STATEMENT**

Income and Services	Notes	2018	2017
Sales of goods and services rendered	11	83 315 067,18	87 026 700,60
Works for the company		530,96	1 635,18
Costs of goods sold and materials consumption	10	(5 539 631,32)	(6 008 873,24)
External supplies and services	17.4	(65 746 480,05)	(61 396 510,72)
Personnel expenses	16	(11 411 992,73)	(11 702 707,31)
Provisions for inventories	10	(30 812,06)	(20 158,94)
Impairment for doubtful accounts	15.1	6 485 092,64	(5 595 139,46)
Provisions (increases/reductions)	12	496 904,53	501 809,54
Other operating income	17.5	1 004 522,43	2 641 112,39
Other operating expenses	17.6	(805 857,00)	(1 407 684,72)
<b>Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</b>		<b>7 767 344,58</b>	<b>4 040 183,32</b>
Depreciation and Amortization	8/17.7	(962 262,70)	(934 760,32)
<b>Earnings before Interest and Taxes</b>		<b>6 805 081,88</b>	<b>3 105 423,00</b>
<b>Earnings before Taxes</b>		<b>6 805 081,88</b>	<b>3 105 423,00</b>
Income Tax	14	(2 191 902,58)	(1 151 453,30)
<b>Profit for the Year</b>		<b>4 613 179,30</b>	<b>1 953 969,70</b>
<b>Profit by Share</b>		<b>4,61</b>	<b>1,95</b>

(Amounts in €)

**CASH FLOW STATEMENT**

Headings	Period	
	2018	2017
<b>Cash Flow from Operating Activities</b>		
Receivable from costumers	83 522 683,35	83 323 895,00
Payments to suppliers	-83 146 326,47	-83 131 699,97
Payments to employees	-7 779 239,78	-9 186 043,31
<b>Cash Generated by Operations</b>	<b>-7 402 882,90</b>	<b>-8 993 848,28</b>
Income tax payments	-1 374 591,22	-1 670 941,94
Other payments/receivable related to opertaing activity	8 777 715,29	9 969 789,61
	241,17	-695 000,61
<b>Flow from Operating Activities (1)</b>	<b>241,17</b>	<b>-695 000,61</b>
<b>Payments Related with:</b>		
Tangible assets	-1 253 630,36	-1 182 388,28
	-1 253 630,36	-1 182 388,28
<b>Receivables Related with:</b>		
Tangible assets	-1 253 630,36	-1 182 388,28
Interest and Similar Income	32 322,34	36 594,97
<b>Flow from Investment Activities (2)</b>	<b>-1 213 846,77</b>	<b>-1 145 793,31</b>
<b>Payments Related with:</b>		
Interest and Similar Expenses	-12 633,40	-19 322,81
Dividends	-1 950 000,00	-6 700 000,00
<b>Flow from Financing Activities (3)</b>	<b>-1 962 633,40</b>	<b>-6 719 322,81</b>
<b>Changes in Cash and Cash Equivalent (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>-3 176 239,00</b>	<b>-8 560 116,73</b>
<b>Net Foreign Exchange Difference</b>	<b>822,86</b>	<b>1 232,59</b>
<b>Cash and Cash Equivalents at Beginnings of Period</b>	<b>-29 975 118,27</b>	<b>-38 536 467,59</b>
<b>Cash and Cash Equivalents at End of Period</b>	<b>26 798 056,41</b>	<b>29 975 118,27</b>
	<b>-3 176 239,00</b>	<b>-8 560 116,73</b>

(Amounts in €)

**ANEXO**

(Quantias estão expressas em Euros excepto quando expressamente indicado de outra forma)

**1. Identificação da Empresa**

A Empresa foi constituída em 12 de Março de 1997 com a designação comercial de Navenova – Estaleiros Navais, S.A., denominação social, posteriormente alterada, por escritura pública de 31 de Julho de 1997, para LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A..

O seu objecto social principal é a exploração de estaleiros navais para construção e reparação de navios, para o exercício de indústria, comércio, bem como o desenvolvimento de actividades conexas com esta ou afins.

Tem a sua Sede Social em Mitrena, 2910-738 Setúbal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela NAVIVESSEL – ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., que detém 72,83%, pela THYSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG, que possui 20% do capital, pela PARPÚBLICA, SGPS, S.A. com 2,97% e pelo PÚBLICO (OPT) com 4,2%.

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras****2.1 Base de Preparação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2018.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A., com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.3.

**2.2 Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### 2.3 Comparabilidade das demonstrações financeira

As demonstrações financeiras da LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A. relativamente ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo com a legislação em vigor.

## 3. Principais políticas contabilísticas

### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adoptou:

- ▶ As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei N° 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- ▶ As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas na nota 2.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa. Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa foram as seguintes:

#### a. Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Com excepção dos Terrenos que não são amortizáveis, os Activos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade. As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização da finalidade pretendida, utilizando os seguintes métodos:

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2018	2017
Edifícios e outras construções	2,50% - 5,00%	2,50% - 5,00%
Equipamento Básico	5,00% - 12,50%	5,00% - 12,50%
Equipamento de Transporte	25,00%	25,00%
Equipamento Administrativo	6,25% - 33,33%	6,25% - 33,33%
Outros Activos Tangíveis	16,67%	16,67%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do Exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

#### Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do Exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- ▶ Durante o período, o valor de mercado de um activo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- ▶ Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na Empresa, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a Empresa opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado;
- ▶ As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do activo;
- ▶ A quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- ▶ Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um activo;
- ▶ Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um activo seja usado ou se espera que seja usado.

Estas alterações incluem um activo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o activo pertence, planos para alienar um activo antes da data anteriormente esperada;

► Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

## **b. Activos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período**

### **b.1 Activos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e passivos da Empresa.

Os Activos por Impostos Diferidos reflectem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A Empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- Seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

A mensuração dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

### **b.2 Imposto sobre o Rendimento**

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do Exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, e da Taxa de Derrama Estadual de 3% e 5% de onde resulta uma taxa agregada máxima de 27,5%.

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

### **c. Inventários**

Os inventários incluem as matérias-primas que estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo o método de custeio o custo médio.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

- ▶ Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- ▶ Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

#### **d. Activos não correntes detidos para venda**

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado.

Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente como disponível para venda.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor.

#### **e. Activos Financeiros não incluídos nas alíneas acima**

Os Activos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Activos Financeiros não incluídos nas alíneas atrás e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes activos. Sempre que existia uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade, teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- ▶ Significativa dificuldade financeira do devedor;

- ▶ Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- ▶ A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- ▶ Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- ▶ Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os activos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Activos Financeiros.

#### **e.1 Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea l) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **e.2 Adiantamentos a Fornecedores**

Estes saldos não vencem juros nem têm implícito qualquer tipo de juro pelo que são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **e.3 Outros Créditos a Receber**

Os outros Créditos a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- ▶ Pessoal – ao custo menos imparidade;
- ▶ Devedores por acréscimos de rendimentos – ao custo menos imparidade;
- ▶ Outros devedores – ao custo menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **e.4 Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também, quando aplicável:

- ▶ Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço; e
- ▶ Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Activos Não Correntes Detidos para Venda.

#### **f. Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

#### **g. Diferimentos Activos e Passivos**

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos, relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

#### **h. Rubricas dos Capitais Próprios**

##### **h.1 Capital Realizado**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. Durante esse prazo os Accionistas respectivos não têm direito a voto nas Assembleias Gerais nos termos definidos no art.º 384 igualmente do CSC.

##### **h.2 Reservas Legais**

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC)

#### **h.3 Resultados Transitados**

Esta rubrica não inclui quaisquer ganhos por aumentos de Justo Valor em Instrumentos Financeiros, Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimento os quais, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estariam disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem fossem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

#### **i. Provisões**

Esta conta reflecte as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pelo melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflecte riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões.

##### **i.1 Provisões para Processos Judiciais**

Esta rubrica inclui a provisão para dois processos judiciais em curso relativos a IRC de 2003 e Acidente de Trabalho. Encontra-se mensurado pelo seu valor presente.

##### **i.2 Outras Provisões**

Esta rubrica inclui, entre outras, as seguintes provisões:

- ▶ Provisões para comissões a pagar, relacionadas com as prestações de serviços prestadas pela Empresa, penalizações e discussão de facturas;
- ▶ Provisões para saldos devedores de Fornecedores;
- ▶ Outras diversas.

Estas provisões estão registadas ao seu valor presente.



## **j. Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual. Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado nos termos indicados nas alíneas seguintes.

### **j.1 Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

### **j.2 Adiantamentos de Clientes**

Os Adiantamentos de Clientes não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensurados ao custo.

### **j.3 Outras Dívidas a Pagar**

As outras dívidas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

## **k. Efeito das alterações das Taxas de Câmbio**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transacções.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

## **l. Prestações de Serviço**

As Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando a prestação do serviço inclui serviços subsequentes, a parte do rédito correspondente a esses serviços é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Prestações de Serviços.

### **l.1 Prestações de Serviço**

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- ▶ A quantia de crédito pode ser fiavelmente mensurada;
- ▶ É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- ▶ A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- ▶ Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

A percentagem de acabamento é determinada tendo por base a proporção que os custos incorridos até à data tem nos custos totais estimados da prestação de serviços (referentes aos serviços executados ou a serem executados).

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

### **m. Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

#### **m.1 Férias e Subsídio de Férias**

De acordo com a legislação laboral em vigor, os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

#### **m.2 Benefícios de Cessação de Emprego**

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego, quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- ▶ Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- ▶ Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável, quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- ▶ A localização, a função e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- ▶ O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- ▶ Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

#### **n. Activos e Passivos Contingentes**

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- ▶ Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- ▶ Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:

- ▶ Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
- ▶ A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos, que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros, que não seja remota.

### **3.2 Juízos de valor efectuados no processo de aplicação das políticas contabilísticas**

#### **a. Vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada Exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos, de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

#### **b. Impostos Diferidos Activos**

A empresa regista impostos diferidos de acordo com a NCRF 25.

Estes decorrem da existência de diferenças temporárias dedutíveis e/ou tributáveis e têm como objectivo uma correcta especialização do imposto sobre o rendimento do período.

A adopção da norma referida inclui a possibilidade de que a recuperação ou liquidação de uma determinada quantia, inerente a activos ou passivos, possibilite que os pagamentos de impostos futuros sejam maiores ou menores do que supostamente seriam, se tais recuperações e/ou liquidações não existissem.

#### **c. Reconhecimento de Prestações de Serviços**

A empresa reconhece o rédito de acordo com o preconizado na NCRF 20.

O rédito associado a uma transacção deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço, quando o desfecho da referida transacção que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado. Todas as condições seguintes devem ser satisfeitas:

- ▶ A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- ▶ Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a entidade;
- ▶ A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- ▶ Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O reconhecimento do rédito com referência à fase de acabamento de uma transacção é muitas vezes referido como o método da percentagem de acabamento. Por este método, o rédito é reconhecido nos períodos contabilísticos em que os serviços sejam prestados. O reconhecimento do rédito nesta base proporciona informação útil sobre a extensão da actividade de serviço e desempenho durante um período.

A fase de acabamento de uma transacção pode ser determinada por uma variedade de métodos. Uma entidade usa o método que mensure fiavelmente os serviços executados.



Dependendo da natureza da transacção, os métodos podem incluir:

- a) Vistorias do trabalho executado;
- b) Serviços executados até à data, expressos como uma percentagem do total dos serviços a serem executados; ou
- c) A proporção que os custos incorridos até à data tenham com os custos totais estimados da transacção. Somente os custos que reflectam serviços executados até à data são incluídos nos custos incorridos até à data. Somente os custos que reflectam serviços executados ou a serem executados são incluídos nos custos totais estimados da transacção.

Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos de clientes não reflectem muitas vezes os serviços executados.

Quando o desfecho da transacção que envolva a prestação de serviços não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito somente deve ser reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

A Empresa utiliza o método da percentagem de acabamento no reconhecimento das suas Prestações de Serviço. A utilização deste método requer que a Empresa estime os serviços executados como uma percentagem do total de serviços a serem executados os quais também necessitam de ser estimados

#### **d. Provisões para Impostos**

A Empresa, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas, que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

### **3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

#### **a. Imparidade de Activos Não Financeiros**

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transacções de activos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o activo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados, que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos, o qual não inclui actividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos, destinados a melhorar os benefícios económicos futuros, que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- ▶ Quota de mercado durante o período orçamental;
- ▶ Inflação no preço das matérias primas;
- ▶ Margem bruta;
- ▶ Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- ▶ Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

#### **b. Imparidade das contas a receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do Balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efectivo a incorrer no futuro.

#### **c. Provisões**

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade. Estes factores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### **d. Locações**

Os Contratos de Locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como Locações Financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como Locações Operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das Locações em Financeiras ou Operacionais é feita em função da substancia e não da forma do Contrato.

Nas Locações consideradas como Operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na Demonstração de Resultados numa base linear durante o período do Contrato de Locação.

#### 4. Fluxos de caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2017	2016
Caixa	62.208,34	44.468,45
Depósitos à Ordem	1.735.848,07	1.180.649,82
Outros Depósitos Bancários	25.000.000,00	28.750.000,00
	<b>26.798.056,41</b>	<b>29.975.118,27</b>

#### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No Exercício de 2018 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas ou erros, passíveis de serem reportados na presente Nota.

#### 6. Partes relacionadas

O Grupo onde a Empresa se insere é composto pelas seguintes Entidades:

Nome	Localização	% de Interesse	% de Voto	Natureza do Relacionamento	
				Serviços que a Lisnave presta/ Transações que faz	Serviços que a Lisnave recebe/ Transações que recebe
Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	Portugal	72,83%	72,83%	Dividendos	Serviços de Consultadoria
ThyssenKrupp Industrial Solutions AG	Alemanha	20,00%	20,00%	Dividendos	
Parpública, SGPS, S.A.	Portugal	2,97%	2,97%	Dividendos	Vogal de Conselho Fiscal e Administrador Não Executivo
Público (OPT)		4,20%	4,20%	Dividendos	
Lisnave Infraestruturas	Portugal	-	-	Reabilitação do Estaleiro	Renda do Estaleiro
Repropel	Portugal	-	-	Serviços de apoio a reparações e comissões	Serviços de Reparações de Hélices
Gaslimpo	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviço de Pesquisa de Gases
Rebocalis	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviço de Marinharia
Lisnave Internacional	Portugal	-	-		Serviços Internacionais
Tecor	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviços técnicos de apoio a navios (tratamento de superfícies)
NavalRocha	Portugal	-	-		
Navalset	Portugal	-	-		Apoio e Assessoria Jurídica
LisnaveYards	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Prestação de serviços de subempreitadas para reparações
Dakarnave	Senegal	-	-		

A Empresa-mãe é a NAVIVESSEL – ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., com Sede em Portugal.

A Empresa-mãe controladora final é a empresa NAVALSET – SERVIÇOS INDUSTRIAIS E NAVAIS, S.A..

A quantia das transacções, dos saldos pendentes, dos ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com os saldos pendentes e os gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas, são os indicados no quadro seguinte:

Nome	Ano	Clientes	Fornecedores	Vendas e Prest. Serv.	Compras	FSEs
Navivessel, Estudos e projectos Navais, S.A.	2018	-	311.579,95	-	-	294.406,32
	2017	-	286.423,44	-	-	294.406,32
ThyssenKrupp Industrial Solutions AG	2018	-	-	-	-	-
	2017	-	-	-	-	-
Parpública, S.A. – Estado Português	2018	-	-	-	-	-
	2017	-	-	-	-	-
Público (OPT)	2018	-	-	-	-	-
	2017	-	-	-	-	-
Lisnave Infraestruturas	2018	-	3.047.282,53	1.852.941,93	-	1.692.425,73
	2017	-	5.436.010,88	228.923,04	-	1.853.170,59
Repropel	2018	48.745,73	-	94.383,00	-	22.440,00
	2017	69.069,94	35.682,92	93.625,99	-	48.645,50
Gáslimpo	2018	-	227.699,20	18.579,57	123.428,81	714.998,85
	2017	8.486,07	226.789,01	15.994,47	85.546,75	625.770,87
Rebocalis	2018	-	292.681,82	38.450,14	-	974.387,30
	2017	10.649,53	322.217,94	29.341,44	-	970.285,27
Lisnave Internacional	2018	-	2.286,20	9.361,80	-	63.527,73
	2017	-	21.440,49	9.611,06	-	73.801,25
Tecor	2018	81.375,90	3.178.752,62	225.832,01	-	9.161.195,06
	2017	82.221,42	2.374.837,38	212.772,12	-	8.070.486,62
NavalRocha	2018	885,60	-	-	-	-
	2017	1.389,90	-	1.130,00	-	-
Navalset	2018	-	5.185,00	-	-	18.000,00
	2017	-	4.884,99	-	-	18.000,00
LisnaveYards	2018	-	1.258.037,62	448.240,06	-	8.545.645,80
	2017	16.648,15	1.828.775,13	402.725,87	-	7.954.050,24
Dakarnave	2018	-	-	-	-	-
	2017	-	-	-	-	-

## 7. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento respeitam ao terreno da Quinta da Chanoca, o qual está detido para valorização de capital. Esta rubrica não registou qualquer movimento nos Exercícios de 2017 e 2018.

## 8. Activos Fixos Tangíveis e Activos não correntes detidos para Venda

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
<b>Custo</b>							
<b>01 de Janeiro de 2017</b>	<b>1.875.055,46</b>	<b>8.194.975,81</b>	<b>148.256,24</b>	<b>1.665.113,66</b>	<b>6.740.300,36</b>	<b>1.038.224,34</b>	<b>19.661.925,87</b>
Aumentos	-	-	-	-	-	1.717.632,15	1.717.632,15
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma Subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	5.167,09	405.576,47	980,00	37.697,65	1.124.047,00	(1.573.468,21)	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(66.909,04)	-	(1.572,16)	-	-	(68.481,20)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>1.880.222,55</b>	<b>8.533.643,24</b>	<b>149.236,24</b>	<b>1.701.239,15</b>	<b>7.864.347,36</b>	<b>1.182.388,28</b>	<b>21.311.076,82</b>
Aumentos	-	-	-	-	-	876.154,90	876.154,90
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma Subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	1.095.987,80	12.000,00	31.290,53	114.352,03	(1.253.630,36)	-
Alienações	-	-	(14.000,00)	-	(193,90)	-	(14.193,90)
Abates	(100.763,17)	(138.615,35)	-	(272.443,28)	(9.079,10)	-	(520.900,90)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>1.779.459,38</b>	<b>9.491.015,69</b>	<b>147.236,24</b>	<b>1.460.086,40</b>	<b>7.969.426,39</b>	<b>804.912,82</b>	<b>21.652.136,92</b>

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
<b>Custo</b>							
<b>01 de Janeiro de 2017</b>	<b>1.018.365,01</b>	<b>4.693.569,17</b>	<b>108.122,98</b>	<b>1.254.395,91</b>	<b>6.613.835,69</b>	-	<b>13.688.288,76</b>
Amortizações	109.522,73	476.730,62	36.113,26	86.996,22	225.397,49	-	934.760,32
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(66.738,04)	-	(561,50)	-	-	(67.299,54)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>1.127.887,74</b>	<b>5.103.561,75</b>	<b>144.236,24</b>	<b>1.340.830,63</b>	<b>6.839.233,18</b>	-	<b>14.555.749,54</b>
Amortizações	98.511,45	532.764,33	11.000,00	78.445,47	241.541,45	-	962.262,70
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(14.000,00)	-	(193,90)	-	(14.193,90)
Abates	(100.763,17)	(138.615,35)	-	(271.885,97)	(9.079,10)	-	(520.343,59)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>1.125.636,02</b>	<b>5.497.710,73</b>	<b>141.236,24</b>	<b>1.147.390,13</b>	<b>7.071.501,63</b>	-	<b>14.983.474,75</b>
<b>Valor Líquido Contabilístico:</b>							
<b>A 31 de Dez. de 2018</b>	<b>653.823,36</b>	<b>3.993.304,96</b>	<b>6.000,00</b>	<b>312.696,27</b>	<b>897.924,76</b>	<b>804.912,82</b>	<b>6.668.662,17</b>
<b>A 31 de Dez. de 2017</b>	<b>752.334,81</b>	<b>3.430.081,49</b>	<b>5.000,00</b>	<b>360.408,52</b>	<b>1.025.114,18</b>	<b>1.182.388,28</b>	<b>6.755.327,28</b>
<b>A 01 de Janeiro de 2017</b>	<b>856.690,45</b>	<b>3.501.406,64</b>	<b>40.133,26</b>	<b>410.717,75</b>	<b>126.464,67</b>	<b>1.038.224,34</b>	<b>5.973.637,11</b>

No período findo a Empresa registou em Activos não correntes detidos para venda o seguinte:

	2018	2017
<b>Activos não correntes detidos para venda</b>		
Bruto	600.000,00	600.000,00
Imparidade	(150.000,00)	(150.000,00)
	<b>450.000,00</b>	<b>450.000,00</b>

## 9. Imparidade de Activos Não Correntes

A quantia de imparidade em Activos não correntes detidos para venda foi de 150.000,00 Euros.

De acordo com a NCRF 12, uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade. Caso exista, a entidade deve estimar a quantia recuperável do activo. Durante o ano de 2017, não foi pedido nova avaliação externa, por se entender que o valor do Activo estava devidamente valorizado.

Não foram registadas no ano quaisquer imparidades de activos fixos tangíveis ou em propriedades de investimento.

## 10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários:

	2018	2017
<b>Matérias primas, Subs. e de Consumo</b>		
Valor Bruto	2.462.680,60	2.455.465,00
Imparidades	(501.063,06)	(470.251,00)
	<b>1.961.617,54</b>	<b>1.985.214,00</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes.

a) Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2017	2.527.431,61
Compras	5.936.906,63
Existências em 31 de Dezembro de 2017	2.455.465,00
	<b>6.008.873,24</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2018	2.455.465,00
Compras	5.546.846,92
Existências em 31 de Dezembro de 2018	2.462.680,60
	<b>5.539.631,32</b>

b) Imparidade de inventários reconhecida como um gasto/rendimento do período:

	2018	2017
<b>Perdas por Imparidade</b>		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	30.812,06	20.158,94
	<b>30.812,06</b>	<b>20.158,94</b>
<b>Reversões de Perdas por Imparidade</b>		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	-	-
	<b>30.812,06</b>	<b>20.158,94</b>

**11. Rédito**

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2018	2017
<b>Venda de Mercadorias</b>		
<b>Subprodutos, Resíduos e Refugos</b>		
Portugal	331.259,98	663.554,30
	<b>331.259,98</b>	<b>663.554,30</b>
<b>Prestações de Serviços</b>		
<b>Serviços</b>		
<b>Total Europa</b>	<b>37.917.531,54</b>	<b>32.864.454,32</b>
- Portugal	8.494.636,15	2.162.796,85
- U.E.	19.058.543,39	26.674.594,28
- Outros	10.364.352,00	4.027.063,19
<b>Total África</b>	<b>6.733.489,50</b>	<b>2.249.173,00</b>
<b>Total América</b>	<b>21.927.889,36</b>	<b>35.960.734,77</b>
<b>Total Ásia</b>	<b>7.198.567,28</b>	<b>7.075.079,06</b>
<b>Total Oceânia</b>	<b>9.206.329,52</b>	<b>8.213.705,15</b>
	<b>82.983.807,20</b>	<b>86.363.146,30</b>
	<b>83.315.067,18</b>	<b>87.026.700,60</b>

Anos	Subprodutos, Res. e Refugos	Reparações	Outras Actividades	Prestações de Serviços	Total
2018	311.259,98	79.686.237,43	2.816.738,57	500.831,20	<b>83.315.067,18</b>
2017	663.554,30	84.411.664,92	1.433.373,68	518.107,70	<b>87.026.700,60</b>

**12. Provisões**

O movimento ocorrido nas Provisões, por cada provisão, encontra-se reflectido no quadro seguinte:

	Provisões para Processos Judiciais em Curso	Provisões para notas de crédito	Provisões para saldos devedores de fornecedores	Provisões para Comissões / claim	Outras Provisões	Total
<b>A 01 de Jan. 2017</b>	<b>162.517,76</b>	<b>150.000,00</b>	<b>656.086,19</b>	<b>1.769.426,05</b>	<b>987.000,00</b>	<b>3.725.030,00</b>
Aumentos do ano	-	-	-	868.186,87	100.000,00	968.186,87
Utilizações no ano	-	(19.127,65)	-	(784.843,74)	-	(803.971,39)
Reversões do ano	-	(130.872,35)	(1.426,80)	(613.734,76)	(723.962,50)	(1.469.996,41)
Reclassificação (*)			(654.659,39)	(181.503,36)		(836.162,75)
<b>A 31 de Dez. 2017</b>	<b>162.517,76</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.057.531,06</b>	<b>363.037,50</b>	<b>1.583.086,32</b>
<b>A 01 de Jan. 2018</b>	<b>162.517,76</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.057.531,06</b>	<b>363.037,50</b>	<b>1.583.086,32</b>
Aumentos do ano	67.717,04	-	-	297.929,50	-	365.646,54
Utilizações no ano	-	-	-	(80.059,00)	(235.000,00)	(315.059,00)
Reversões do ano	-	-	-	(749.433,87)	(113.117,20)	(862.551,07)
<b>A 31 de Dez. 2018</b>	<b>230.234,80</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>525.967,69</b>	<b>14.920,30</b>	<b>771.122,79</b>

(\*) Os valores das Reclassificações foram transferidos para Imparidades

### 13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A quantia das diferenças de Câmbio reconhecidas nos resultados é a que se indica no quadro seguinte:

	2018	2017
<b>Diferenças de câmbio favoráveis incluídas em:</b>		
Outros rendimentos e ganhos	9.030,43	831,96
	<b>9.030,43</b>	<b>831,96</b>
<b>Diferenças de câmbio desfavoráveis incluídas em:</b>		
Outros gastos e perdas	1.502,39	4.415,67
	<b>1.502,39</b>	<b>4.415,67</b>

### 14. Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (Rendimento) por Impostos Correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2018	2017
<b>Imposto Corrente</b>		
IRC do ano	192.910,89	2.319.142,16
<b>Imposto Diferido</b>		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	1.998.991,69	(1.167.688,87)
Outros movimentos	-	-
	<b>2.191.902,58</b>	<b>1.151.453,30</b>

O Ajustamento reconhecido no período de Impostos Correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte:

	2018	2017
Excesso de Estimativa para Impostos	4,20	1.000,33
Insuficiência de Estimativa para Impostos	(36.641,82)	-
	<b>(36.637,62)</b>	<b>1.000,33</b>

Durante o Exercício de 2018, não ocorreram alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos.

A alteração do valor registado em impostos diferidos decorre da variação da sua base (diferenças temporárias tributadas).

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a Taxa de Imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte.

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes de impostos	6.805.081,88	3.105.423,00		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21%	21%		
<b>Imposto sobre o lucro à taxa nominal</b>	<b>1.429.067,19</b>	<b>652.138,83</b>	<b>21,00%</b>	<b>21,00%</b>
<b>Proveitos não tributáveis</b>				
Reversão de ajustamentos e de imparidades	6.487.664,29	616.358,55		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	1.177.610,07	2.273.967,80		
Seguro Excellentia	979.042,89	253.452,00		
Excesso de estimativa p/Imp. e Restituição Imposto	-	842,60		
Mais Valias Contabilísticas	7.375,00	-		
Benefícios Fiscais	56.915,00	54.165,00		
	<b>8.708.607,25</b>	<b>3.198.785,95</b>	<b>(26,87%)</b>	<b>(21,63%)</b>
<b>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais</b>				
Donativos	5.400,00	-		
Multas, coimas e juros compensatórios	1.160,75	258,45		
Gastos não documentados	152.190,13	342.719,15		
Seguro Excellentia	511.304,00	-		
Amortizações e Abates não aceites fiscalmente	1.607,31	13.884,93		
Provisões para além limites legais	368.218,19	968.186,87		
Registo de perdas de Imparidade	30.812,06	6.231.656,95		
Créditos Incobráveis	24.436,39	1.426,80		
Insuficiência Estimativa para Impostos	36.641,82	-		
Variações patrimoniais positivas	-	-		
Correcções relativas a Exercícios anteriores	400.679,22	336.430,84		
Outros	109.856,53	112.216,47		
	<b>1.642.306,40</b>	<b>8.006.780,46</b>	<b>5,07%</b>	<b>54,14%</b>

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2018	2017	2018	2017
Lucro tributável	-	7.913.417,51		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
<b>Imposto calculado</b>	-	<b>1.661.817,67</b>	<b>(0,81%)</b>	<b>53,51%</b>
Tributação autónoma	192.910,89	337.952,36	2,83%	10,88%
Derrama	-	118.701,26		3,82%
Derrama Estadual	-	200.670,88		6,46%
Efeito do aumento / reversão de Impostos diferidos	1.998.991,69	(1.167.688,87)	29,37%	(37,60%)
	<b>2.191.902,58</b>	<b>(510.364,37)</b>	<b>32,21%</b>	<b>(16,43%)</b>
<b>Imposto sobre o Rendimento</b>	<b>2.191.902,58</b>	<b>1.151.453,30</b>	<b>31,40%</b>	<b>37,08%</b>

Os Impostos Diferidos discriminam-se como segue:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2018	2017	2018	2017
<b>Impostos Diferidos Activos</b>				
Outras	273.669,64	2.170.908,25	1.867.583,59	1.197.343,89
Seguro Excellentia	-	-	-	-
	<b>273.669,64</b>	<b>2.170.908,25</b>	<b>1.867.583,59</b>	<b>1.197.343,89</b>
<b>Impostos Diferidos Passivos</b>				
Seguro Excellentia	(24.812,10)	(29.655,02)	131.408,10	(29.655,02)
	<b>(24.812,10)</b>	<b>(29.655,02)</b>	<b>131.408,10</b>	<b>(29.655,02)</b>

## 15. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

	2018	2017
<b>Activos</b>		
<b>Não Corrente</b>		
Outros Activos Financeiros	-	945.934,89
Outros Créditos a Receber	110.276,08	116.294,19
	<b>110.276,08</b>	<b>1.062.229,08</b>
<b>Corrente</b>		
Clientes		
Bruto	16.974.218,51	16.982.016,54
Imparidades	-	(6.356.585,15)
Adiantamentos a Fornecedores	548.881,29	522.990,02
Imparidades	(303.561,57)	(397.210,50)
Outros Créditos a Receber	3.455.309,96	3.554.317,99
Imparidades	(185.911,51)	(220.770,07)
	<b>20.488.936,68</b>	<b>14.084.758,83</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Não Corrente</b>		
Outras Dívidas a pagar	-	-
<b>Corrente</b>		
Fornecedores	20.401.035,89	21.414.307,61
Adiantamentos de Clientes	19.255,50	29.430,36
Outras Dívidas a Pagar	8.452.513,23	7.230.931,06
	<b>28.872.804,62</b>	<b>28.674.669,03</b>
<b>Capital Próprio</b>		
Capital social	5.000.000	5.000.000
	<b>5.000.000</b>	<b>5.000.000</b>



### 15.1 Clientes

A antiguidade do Saldo de Clientes decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Valor Bruto	Imparidade	Saldo Líquido
2018	16.974.218,51	-	16.974.218,51
2017	16.982.016,54	6.356.585,15	10.625.431,39

	Saldo Líquido	Dívida não Vencida	Dívida Vencida				
			< 30 Dias	30-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	> 120 Dias
2018	16.974.218,51	8.761.979,43	2.386.859,11	369.798,64	41.289,86	3.224.318,04	2.189.973,43
2017	10.625.431,39	5.815.480,45	666.581,81	563.904,92	142.825,37	-	3.436.638,84

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade de Dívidas a Receber discrimina-se como segue:

	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
<b>Exercício de 2018</b>					
Clientes	6.356.585,15	-	-	6.356.585,15	-
	<b>6.356.585,15</b>	-	-	<b>6.356.585,15</b>	-
<b>Exercício de 2017</b>					
Clientes	543.263,51	6.356.585,15	(543.263,51)	-	6.356.585,15
	<b>543.263,51</b>	<b>6.356.585,15</b>	<b>(543.263,51)</b>	-	<b>6.356.585,15</b>

### 15.2 Outros Créditos a Receber

Os outros créditos a receber discriminam-se como segue:

	2018	2017
<b>Outros créditos a receber não correntes</b>		
Outros activos financeiros	110.276,08	116.294,19
<b>Outros créditos a receber correntes</b>		
<b>Devedores por acréscimo de rendimentos</b>		
Rédito das encomendas em curso	3.001.574,02	3.121.376,78
Juros Depósitos a Prazo	7.567,00	15.462,00
Outros	162.441,97	97.778,43
<b>Outros devedores e credores</b>		
Pessoal	2.575,93	1.298,37
Processos Judiciais	91.716,34	97.632,34
Outros	189.434,70	220.770,07
Imparidade	(185.911,51)	(220.770,07)
	<b>3.269.398,45</b>	<b>3.333.547,92</b>

Por forma a garantir o tratamento contabilístico em conformidade com a NCRF 20 para as reparações /obras que transitam em curso para o Exercício de 2019, procedeu-se a uma análise do rédito e gastos associados a cada uma delas. Face aos gastos já incorridos, facturação já emitida e margem/mark-up estimados, procedeu-se ao registo de um acréscimo de rendimentos em conformidade. A variação desta rubrica relaciona-se com grandes reparações que transitam e ano, que se estima que sejam concluídas durante o primeiro trimestre de 2019.

### 15.3 Fornecedores

	2018	2017
<b>Fornecedores conta corrente</b>		
Nacionais	10.761.181,73	9.930.102,36
Estrangeiros	129.283,95	182.732,65
Empresa Mãe	5.185,00	4.884,99
Empresas Subsidiárias	8.318.319,94	10.523.519,18
<b>Fornecedores recepção e conferencia</b>	1.187.065,27	773.068,43
	<b>20.401.035,89</b>	<b>21.414.307,61</b>
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>		
Nacionais	352.604,63	471.381,68
Imparidades	(303.561,57)	(397.210,50)
Estrangeiros	196.276,66	51.608,34
	<b>245.319,72</b>	<b>125.779,52</b>



**15.4 Outras contas a pagar**

As Outras Contas a Pagar discriminam-se como segue:

	2018	2017
<b>Outras Dívidas a Pagar – Não Correntes</b>		
Outros Activos Financeiros		-
<b>Outras Dívidas a Pagar – Correntes</b>		
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>		
Seguros		-
Remunerações a liquidar - férias e subsídio de férias	1.276.545,40	1.432.440,98
Prestadores de Serviços		-
Trabalhos Especializados		-
Renda Estaleiro	144.028,14	551.703,33
Comissões	1.015.415,23	870.246,27
Brokers	3.175.064,43	1.544.872,41
Claims e Settlements	967.895,27	871.513,50
Obras Internas	102.134,75	176.489,79
Centros de Custo	30.834,75	11.230,78
Custos Projectos	548.542,65	668.550,20
Outros	523.272,47	162.225,22
Agentes	654.031,31	442.559,99
<b>Outros devedores e credores</b>		
Pessoal - Gratificações de Balanço	-	480.000,00
Diversos	14.748,83	19.098,59
	<b>8.452.513,23</b>	<b>7.230.931,06</b>

**15.5 Capital Social**

As quantias do Capital Social nominal e do Capital Social por realizar e respectivos prazos de realização são as indicadas no quadro seguinte.

	2018	2017
Capital Social nominal emitido	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital Social nominal emitido e realizado		
NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A.	3.641.745,00	3.641.745,00
THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG	1.000.000,00	1.000.000,00
PARPÚBLICA, PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, SGPS, S.A.	148.330,00	148.330,00
PÚBLICO (OPT)	209.925,00	209.925,00
	<b>5.000.000,00</b>	<b>5.000.000,00</b>
Capital por realizar	-	-

O Capital Social é representado por 1.000.000 Acções Nominativas, com valor nominal de 5,00 Euros cada.

**15.6 Garantias**

Os activos financeiros dados em garantia, em penhor ou promessa de penhor como colateral são os seguintes:

Entidades	Beneficiários	Moeda	Montante
M/BCP	Alfândega de Lisboa	EUR	55.660,00
M/BCP	Alfândega de Setúbal	EUR	100.000,00
M/BCP	Alfândega de Lisboa	EUR	24.939,00

### 15.7 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas actividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- ▶ Risco de mercado
  - ▶ Risco de taxa de juro
  - ▶ Risco de taxa de câmbio
  - ▶ Outros riscos de preço
- ▶ Risco de crédito
- ▶ Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objectivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objectivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- ▶ Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- ▶ Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efectuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação e avaliação – é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A Empresa não tem financiamentos, pelo que não está sujeita ao risco de taxa de juro.

#### Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultado de alterações nas taxas de câmbio.

A internacionalização da Empresa obriga-a a estar exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas de diferentes países.

A exposição ao risco de taxa de câmbio resulta fundamentalmente das actividades operacionais da Empresa (em que os gastos, rendimentos, activos e passivos são denominados em moedas diferentes da moeda de relato). No entanto, as transacções e saldos em moeda estrangeira são imateriais.

#### Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes actividades operacionais – Clientes, Fornecedores e Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a Clientes e Outros Créditos a Receber é efectuada da seguinte forma:

- ▶ Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa;
- ▶ Os valores em dívida são regularmente monitorizados;
- ▶ Para clientes novos, com pouca antiguidade de relação com a Empresa, são pedidos pagamentos antecipados de parte da encomenda efectuada;
- ▶ A Empresa tem em vigor um seguro de crédito.

## 16. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2018	2017
Remunerações dos Órgãos Sociais	680.935,40	658.972,54
Remunerações do Pessoal	7.271.159,27	8.228.440,41
<b>Outras Remunerações</b>		
Encargos sobre Remunerações	1.820.104,74	1.929.623,08
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	214.122,40	228.387,39
Gastos de Acção social	912.160,75	908.651,25
Outros gastos com o Pessoal	513.510,17	(251.367,36)
	<b>11.411.992,73</b>	<b>11.702.707,31</b>

A Empresa constituiu em 2008 uma Apólice (OEXL103112067) que se traduz num investimento financeiro a 10 anos (nota 15), com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira. Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 33.108 Euros (nota 17.5).

No que respeita ao valor das responsabilidades por serviços passados (líquido o activo da apólice OEXL103112068), este é apresentado no activo por um valor de 110.276 Euros (2017: 116.294). O valor da responsabilidade foi ajustado pelo gastos de juros e gastos dos serviços correntes, num total líquido de 511.304 Euros reconhecido na rubrica de gastos com o pessoal e pelas perdas actuariais e pelo retorno dos activos da apólice OEXL103112068, num total líquido de 473.760 Euros reconhecido em Capital Próprio.

A perda actuarial é gerada maioritariamente pela redução da população segura. Esta redução de responsabilidade leva à necessidade de não haver ajustamento contributivo no corrente ano.

A perda financeira ao nível dos activos que financiam as responsabilidades decorre da diferença entre a rentabilidade real e o pressuposto de rentabilidade de longo prazo.

Os valores atrás indicados, suportados por estudo técnico elaborado por Entidade Independente, tomaram em consideração as adequadas variáveis.

## 17. Outras informações

### 17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
<b>Saldo a receber</b>		
Imposto sobre o rendimento	1.555.667,27	344.739,12
IVA	2.059.817,10	1.892.715,25
	<b>3.615.484,37</b>	<b>2.237.454,37</b>
<b>Saldo a pagar</b>		
Imposto sobre o rendimento		-
Retenções Imposto sobre Rendimento	205.172,71	165.051,53
Contribuição para a Segurança Social	206.223,43	202.646,29
	<b>411.396,14</b>	<b>367.697,82</b>

O valor de imposto sobre o rendimento apresentado no quadro acima corresponde à estimativa de imposto deduzida dos pagamentos especiais por conta, pagamentos adicionais por conta e retenções na fonte efectuadas durante o ano de 2018.

### 17.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2018	2017
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	111.252,71	95.581,20
Assistência Software	75.000,06	14.985,52
Contrato Publicidade	6.972,67	6.177,27
Outros Gastos	1.765,83	2.927,331
	<b>194.991,27</b>	<b>119.671,32</b>

**17.3 Reservas e Resultados**

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2017</b>	<b>1.398.173,26</b>	<b>22.385.693,75</b>	<b>6.714.836,50</b>	<b>30.498.703,51</b>
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(6.700.000,00)	-	(6.700.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	6.714.836,50	(6.714.836,50)	-
Resultado do ano	-	-	1.953.969,70	1.953.969,70
Outros	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>1.398.173,26</b>	<b>22.400.530,25</b>	<b>1.953.969,70</b>	<b>25.752.673,21</b>
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2018</b>	<b>1.398.173,26</b>	<b>22.400.530,25</b>	<b>1.953.969,70</b>	<b>25.752.673,21</b>
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(1.950.000,00)	-	(1.950.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	1.953.969,70	(1.953.969,70)	-
Resultado do ano	-	-	4.613.179,30	4.613.179,30
Outros	-	(367.164,00)	-	(367.164,00)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>1.398.173,26</b>	<b>22.037.335,95</b>	<b>4.613.179,30</b>	<b>28.048.688,51</b>

**17.4 Fornecimentos e Serviços Externos**

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Subcontratos	38.990.733,16	35.432.643,84
Trabalhos especializados	3.252.353,85	3.011.165,30
Publicidade e propaganda	109.569,20	88.667,50
Vigilância e segurança	471.070,67	467.150,76
Honorários	288.139,57	287.305,28
Comissões	4.006.448,75	3.532.389,68
Conservação e reparação	4.833.663,50	4.895.298,96
Ferramentas e utensílios	432.751,60	3.613,19
Livros e documentação técnica	41.598,53	26.574,81
Material de escritório	57.829,14	52.069,82
Artigos para oferta	47.777,10	62.206,69
Electricidade	2.373.203,71	2.107.816,38
Combustíveis	1.231.957,08	944.637,23
Deslocações e estadas	349.809,06	200.675,22
Transportes de Pessoal/Mercadorias	1.069.070,16	1.080.529,55
Rendas e alugueres	3.354.103,07	4.495.837,64
Comunicação	114.655,30	102.150,49
Seguros	1.275.572,00	1.205.921,89
Royalties	44.096,66	43.357,92
Contencioso e notariado	1.600,42	1.121,52
Despesas de representação	128.864,00	115.544,89
Limpeza, higiene e conforto	402.213,40	328.202,60
Outros	2.869.400,12	2.911.629,56
	<b>65.746.480,05</b>	<b>61.396.510,72</b>



## Locações Operacionais

Durante os exercícios de 2017 e 2018 foram reconhecidos como custos os montantes de 158.564,81 e 152.649,74 Euros, respectivamente, relativos a rendas a título de contratos de locação operacional, incluídos na rubrica de Rendas e alugueres.

Adicionalmente, à data de balanço a sociedade detinha contratos de locação Operacional, cujas rendas vencem como se segue:

	2018	2017
<b>Total dos futuros pagamentos mínimos</b>		
Não mais de um ano	155.371,94	122.482,97
Mais de um ano e não mais de 5 anos	219.406,28	222.994,32
Mais de 5 anos	-	-
	<b>374.778,22</b>	<b>345.477,29</b>

## 17.5 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
<b>Rendimentos Suplementares</b>		
Outros	459.034,83	446.146,92
Descontos de pronto pagamento obtidos	242.526,80	228.923,74
Ganhos em Inventários	55.709,18	49.429,15
<b>Rendimentos e ganhos nos restantes Activos</b>		
Diferenças de Câmbio	9.030,43	831,96
<b>Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros</b>		
Alienações	7.375,00	-
Outros	381,88	213.104,48
<b>Outros</b>		
Correcções relativas a períodos anteriores	171.415,70	1.629.650,43
Excesso da estimativa para Impostos	4,20	1.000,33
Restituição de Imposto	-	-
Outros não especificados	1.509,07	400,41
<b>Juros Obtidos</b>		
De Depósitos	24.427,34	39.636,97
<b>Outros Rendimentos Similares</b>	<b>33.108,00</b>	<b>31.988,00</b>
	<b>1.004.522,43</b>	<b>2.641.112,39</b>

## Seguro Capitalização

A Empresa constituiu em 2008 um Seguro que se traduz num investimento financeiro a 10 anos, com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira. Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 33.108 Euros. Este Seguro vence juros de 3,5% ao ano. Adicionalmente o Seguro tem uma remuneração indexada à rentabilidade da própria Companhia de Seguros.

## 17.6 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Impostos	22.181,46	20.764,96
Dividas Incobráveis	24.436,39	543.366,26
Descontos de Pronto Pagamento	-	-
Perdas em Inventários	5.012,17	2.521,07
Perdas em Alienação/Abates	557,31	1.181,66
<b>Outros</b>		
Correcções relativas a períodos anteriores	400.679,22	336.430,84
Donativos	74.150,00	68.500,00
Quotizações	74.620,32	69.262,12
Insuficiência de estimativa para impostos	36.641,82	-
Despesas não Documentadas	152.190,13	342.719,15
Multas e penalidades	-	-
Multas não fiscais	1.160,75	258,45
Outros	409,24	573,21
<b>Juros Suportados</b>		
Juros mora e compensatórios	-	-
<b>Diferenças de câmbio desfavoráveis</b>		
Outras	1.502,39	4.415,67
<b>Outros Gastos e Perdas</b>		
Outros	12.315,80	17.691,33
	<b>805.857,00</b>	<b>1.407.684,72</b>

### 17.7 Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
<b>Gastos de depreciação e de amortização</b>		
Propriedades de Investimento	-	-
Activos Fixos Tangíveis	962.262,70	934.760,32
	<b>962.262,70</b>	<b>934.760,32</b>

### 18. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as Demonstrações Financeiras estão autorizadas para emissão foi 21 de Fevereiro de 2019.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Não existem quaisquer acontecimentos entre a data do Balanço e a data de autorização para emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes Demonstrações Financeiras.

### 19. Outras informações exigidas por Diplomas Legais

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade, Eng. José António Leite Mendes Rodrigues e Dr. Nelson Nunes Rodrigues, são titulares indirectos e por via do n.º 2 do mesmo artigo, de 364.176 Acções cada, por via da NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A. e da NAVALSET, SERVIÇOS INDUSTRIAIS E NAVAIS, S.A..

Em relação ao Órgão de Fiscalização da Sociedade, informa-se que este não se encontra em qualquer das situações previstas no corpo deste Artigo.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do Exercício, e segundo os registos da Sociedade, são titulares de 72,83 % e de 20,00 % do Capital Social da LISNAVE, respectivamente os seguintes Accionistas:

- ▶ NAVIVESSEL – ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., S.A  
Titular de 728.352 Acções.
- ▶ THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG  
Titular de 200.000 Acções.

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo n.º 66 A do Código das sociedades Comerciais, informamos que não existem operações excluídas do Balanço.

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 2 do artigo n.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários totais facturados, pelo Revisor Oficial de Contas, no Exercício 2017 e 2018 foram de 25.200,00 Euros e 26.670,00 Euros, respectivamente.

Os cargos desempenhados pelos Administradores da LISNAVE, em outras Sociedades discriminam-se como segue:

Administradores	Empresas	Cargos Desempenhados
<b>Eng. José António Leite Mendes Rodrigues</b>	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
<b>Dr. Nelson Nunes Rodrigues</b>	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Administrador
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Presidente C. Administração
	Repropel, Lda	Gerente
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
<b>Dr. Luís Manuel dos Santos</b>	ANA, S.A.	Administrador N/Executivo
<b>Silva Patrão</b>	EMEL, S.A.	Presidente Assembleia Geral
	Assoc. Mutualista Montepio Geral	Membro Conselho Geral
<b>Dr. João Rui Carvalho dos Santos</b>	Navivessel, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	Dakarnave, S.A.	Administrador
	NavalRocha, S.A.	Administrador
	Gáslimpo, S.A.	Administrador
	Associação das Indústrias Navais	Vice-Presidente Direcção
	Fórum Oceano – Assoc. Econ. Mar	Vice-Presidente Direcção
	Fename – Fed. Nacional do Metal	Presidente Conselho Fiscal
	AISSET – Assoc. Ind. Península Setúbal	Presidente Conselho Fiscal
	CPS – Comunidade Portuária Setúbal	Presidente Conselho Fiscal
	LisnaveYards, Lda.	Gerente

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### Exercício de 2018

Senhores Accionistas,

**1.** No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Conselho Fiscal da «LISNAVE - Estaleiros Navais, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Anexo e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2018, vem apresentar o seu Relatório e Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas.

**2.** O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da LISNAVE, através da análise da documentação produzida, dos contactos com os Serviços, dos elementos de trabalho disponibilizados pelos auditores externos e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração. Procedeu à verificação e análise da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.

**3.** É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos, que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, complementadas com o exposto no relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados de acordo com as orientações constantes do SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

**4.** Em documento separado o vogal Revisor Oficial de Contas procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, Parecer que merece a concordância do Conselho Fiscal e deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.

**5.** O Conselho de Administração no Relatório de Gestão que elaborou explicita a forma como se processou a actividade no exercício de 2018, desenvolvida num contexto caracterizado por (i) condições de mercado particularmente adversas dependente dos efeitos no sector da reparação naval do baixo nível de crescimento da economia mundial, (ii) do continuado desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado do transporte marítimo e seus consequentes efeitos nas taxas de frete, (iii) da redução do número de consultas e do baixo índice de sucesso comercial, (iv) da baixa rentabilidade para os Armadores decorrente do continuado agravamento do valor das taxas de frete médios dos navios transportadores de graneis sólidos e da frota de petroleiros conjugada com o crescimento da oferta face ao elevado número de navios novos entrados em operação e (v) da agressividade crescente da concorrência.

**6.** A actividade da Lisnave no exercício - que desde 2009 tem vindo a ser exercida em condições de mercado particularmente adversas afectando principalmente o mercado da reparação naval – registou um nível de desempenho operacional negativo abaixo dos objectivos estabelecidos no orçamento, expresso por:

- ▶ taxa de sucesso comercial de 20% - 85 encomendas, traduzindo uma estabilização da relação consulta/encomendas/ taxa de sucesso comparada com o ano anterior, da ordem de 17% - 77 encomendas;
- ▶ continuidade da tendência de redução do conteúdo médio de trabalho por navio (949 mil euros- 2018; 1.122 mil euros – 2017; 1.429 mil euros – 2016);
- ▶ manutenção da posição de destaque da Lisnave no mercado da Reparação Naval a nível mundial e da sua vocação essencialmente exportadora, traduzida em vendas para o mercado externo de 74,5 milhões de euros, menos 9,7 milhões de euros que em 2017.

**7.** Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do exercício devem salientar-se os seguintes indicadores:

- ▶ o volume global das Vendas e Serviços prestados, de 83 milhões de euros, inferiores em cerca de 4,3% ao registado em 2017;
- ▶ o peso dos Gastos com o pessoal da ordem de 11,4 milhões de euros, representando 14,7% do total dos Gastos de exploração;
- ▶ o valor alcançado pelos Resultados Operacionais, da ordem de 6,8 milhões de euros, representando 8,1% do total dos Rendimentos de Exploração;
- ▶ o “cash-flow” gerado no exercício de 7,8 milhões de euros;
- ▶ a evolução negativa de indicadores de gestão, económicos e financeiros comparativamente ao registado no exercício anterior continuando, não obstante, a traduzir uma forte sustentabilidade económica;
- ▶ Resultado Líquido positivo de 4.613 milhares de euros, influenciado pelo efeito positivo da reversão de imparidades constituídas em exercícios anteriores.

**8.** Face ao exposto, e como consequência das acções desenvolvidas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, agradecendo a colaboração prestada pelos trabalhadores da empresa com quem teve necessidade de contactar e ao Conselho de Administração, a sua colaboração e disponibilidade, assim como as referências constantes do seu Relatório, e tendo também presente as moderadas expectativas de estabilidade quanto à evolução da actividade da Lisnave para o ano de 2019, a nível próximo da verificada em 2018, vem, em conclusão, emitir o seguinte

### PARECER

**A)** que o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício sejam aprovados;

**B)** que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de 4.613.179,30 euros, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2019

### O Conselho Fiscal

#### Presidente

Manuel Serpa Leitão

#### Vogal

Tânia Sofia Luís Mineiro

#### Vogal

RSM & ASSOCIADOS – Sroc, Lda., representada por Joaquim Patrício da Silva (Roc nº 320)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras – Exercício de 2018

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 63.128.794,16 euros e um total de capital próprio de 33.048.688,51 euros, incluindo um resultado líquido de 4.613.179,30 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A., em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes de LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A. nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A. de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- ▶ adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- ▶ avaliação da capacidade de LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A. de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira de LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno de LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A.;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade de LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A., para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A. descontinue as suas actividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado



durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A., não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2019

### RSM & Associados - Sroc, Lda.

representada por Joaquim Patrício da Silva (Roc nº 320)

## DELEGAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

### Brasil

**Quilha Engenharia Naval e Representações**

Rio de Janeiro  
Tel.: + 55 21 253 9 3023  
quilha@netyet.com.br

### Espanha

**Medco Shipbrokers, S.L.**

Madrid  
Tel.: + 34 91 431 52 35  
Fax: + 34 91 575 05 00

### Canadá

**Wisepool Enterprises Ltd**

(Transma Agents)  
Vancouver  
Tel.: + 1 604 272 18 73  
wisepool@shaw.ca

### Singapura/Malásia/

Tâilândia/Indonésia

**C.C. Ship Repair & Services Pte Ltd.**

Singapore  
Tel.: + 65 633 866 67  
ccship@singnet.com.sg

### Chipre

**WSR – Services, Ltd.**

Limassol  
Tel.: + 357 25 34 44 18  
mail.cy@umarwsr.com

### Alemanha

**Zoepffel & Shneider GMBH**

Hamburg  
Tel.: + 49 40 879785-0  
info@zoepffel-schneider.com

### Grécia

**Resolute Maritime**

**Service Inc.**

Athens  
Tel.: + 30 211 182 90 00  
main@resolute.gr

### Hong-Kong/República da

China/Taiwan/Macau/

Filipinas

**Transma Limited**

Wanchai  
Tel.: + 852 28 611 623  
transma@transma.com.hk

### Índia

**Nautilus International**

Mumbai  
Tel.: + 91 22 2284 0878  
nautilusin@nautilusweb.com

### Itália/Mónaco/Suíça

**Cambiaso & Riso**

**Sevive SAM**

Monaco  
Tel.: + 377 9880 1360  
tech@cariservice.com

### Noruega

**Ulrik Qvale & Parteners**

Oslo  
Tel.: + 47 22 52 16 16  
post@uqp.no

### Arábia Saudita

**The Reda Establishment**

Alkhobar  
Tel.: + 966 3 889 04 46  
Fax: + 966 3 889 04 47

### Rússia

**WSR – Services Ltd.**

Novorossiysk  
Tel.: + 44 1 903 748860  
mail.ru@umarwsr.com

### Holanda/Belgica/

Luxemburgo

**Esma Marine Agencies BV**

Amsterdam  
Tel.: + 31 20 31 21 350  
shiprepair@esma.nl

### Emiratos Arábios Unidos

**Caribbean Trading Co LLC**

Sharjah  
Tel.: + 97 16 533 6334  
caribbean@nautilusweb.com

### Reino Unido/Irlanda

**Calvey Marine Limited**

West Sussex  
Tel.: + 44 903 748860  
calvey@calveymarine.co.uk

### E.U.A. / Canadá

**East Coast Marine**

**Alliance LLC**

Norwalk  
Tel.: + 1 203 86 64 11 0  
shiprepair@ecmarine.com

